Liberdade de Crença

Minorias Religiosas nos Estados Unidos

DEPTARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / AGOSTO DE 2008
VOLUME 13 / NÚMERO 8
http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html

Programas de Informações Internacionais:

Coordenador	Jeremy F. Curtin
Editor executivo	Jonathan Margolis
Diretor de criação	George Clack
Redator-chefe	Richard W. Huckaby
Editora-gerente	Alexandra M. Abboud
Editora-gerente assistente	Charlene Porter
Gerente de produção	Susan L. Doner
Assistente de gerente de produção	Sylvia Scott
Produtora Web	Janine Perry
Editora de cópias	Rosalie Targonski
Editora de fotografia	Maggie Johnson Sliker
Ilustração da capa	Timothy Brown
Especialista em referências	Martin Manning
Revisora do português	Marília Araújo

Capa: Mais de 110 mil menonitas nos Estados Unidos fazem parte do movimento anabatista do cristianismo, cujos seguidores chegaram pela primeira vez aos Estados Unidos vindos da Europa no século 17. A família Howard, de Sparta, Tennessee, canta hinos em casa (John Partipilo, ***The Tennessean***/© AP Images)

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica uma revista eletrônica mensal com o logo *eJournal USA*. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são publicadas em árabe, chinês e persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos no endereço *http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html.* Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
U.S. Department of State
301 4th Street, SW
Washington, DC 20547
United States of America
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição

"O Congresso não legislará sobre o estabelecimento de uma religião ou proibição de seu livre exercício..."

Marcy Nighswander/© AP Images

Líderes espirituais americanos de diversas crenças se reúnem nos degraus do Memorial Lincoln em Washington, DC, em cerimônia a favor da paz ecumênica

O primeiro Congresso dos Estados Unidos acrescentou a Primeira Emenda à Constituição americana como parte da Declaração de Direitos em 1791, quando as lembranças da Guerra da Independência ainda eram recentes. Mas o conceito de liberdade religiosa é ainda mais antigo do que a própria nação.

Mais de um século antes, em 1657, cidadãos de Flushing, Nova Amsterdã, colônia holandesa, protestavam contra a perseguição a quakers pelo governador, que havia proibido todas as religiões exceto a sua. Eles colocaram suas objeções em um documento chamado Protesto de Flushing. Algumas pessoas foram presas por terem protestado, e anos se passaram até que a liberdade de crença chegasse à cidade.

Hoje, em Flushing, Nova York, mais de 200 lugares de culto florescem em alguns poucos quilômetros quadrados, e aqueles bravos cidadãos da colônia do século 17 são lembrados como alguns dos primeiros americanos a se manterem firmes pela liberdade religiosa desfrutada por mais de 300 milhões de americanos no século 21.

Membros de igrejas, templos, sinagogas, mesquitas e milhares de outros lugares de oração espalhados pelo país, de qualquer tamanho, prestam culto com o conhecimento de que o direito de praticar a religião de sua escolha é protegido pela Primeira Emenda e tecido na sociedade americana. E os membros da sociedade que preferem não praticar nenhuma religião também são igualmente protegidos.

Mas às vezes, em um país tão diverso quanto os Estados Unidos, pessoas e instituições se chocam, e as fronteiras da liberdade religiosa precisam ser redefinidas. Quando isso acontece, os americanos recorrem à Justiça e procuram reparação. Então os tribunais, e até mesmo a Suprema Corte, desempenharão seus deveres constitucionais para decidir a melhor maneira de defender princípios fundamentais como a liberdade religiosa, em uma nação em que a população centuplicou desde que a Primeira Emenda foi redigida.

Essas decisões judiciais influenciam as atividades diárias em escolas, hospitais, locais de trabalho e outros lugares públicos. O respeito e a tolerância por muitas crenças são testados, à medida que seres humanos imperfeitos tentam adotar o que é quase sempre visto nos Estados Unidos como um princípio inviolável.

Hoje, esta nação pulsa com a vitalidade de uma nova onda de imigração e uma química cultural única. Nesses tempos, o princípio da liberdade religiosa provavelmente passará por novos testes, mas os notáveis especialistas que discutem essas questões nestas páginas acreditam que as minorias religiosas do século 21, e dos próximos séculos, ainda encontrarão proteção no compromisso do século 18 com o princípio da liberdade de crença.

— Os editores

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / AGOSTO DE 2008/ VOLUME 13 / NÚMERO 8
http://www.america.gov/publications/ejournals.html

Liberdade de Crença: Minorias Religiosas nos Estados Unidos

PAPEL DA CONFIANÇA SOCIAL

3 **Cumprindo a Promessa de Liberdade Religiosa**
Diana L. Eck, autora, *A New Religious America [Uma Nova América Religiosa]*
À medida que os Estados Unidos tornaram-se a sociedade com a maior diversidade religiosa do mundo, pessoas de diferentes crenças ajustam-se a uma diferente realidade georeligiosa.

7 **Diversidade Religiosa no Período da Colonização Americana**
Catherine L. Albanese, autora, *A Republic of Mind and Spirit: A Cultural History of American Metaphysical Religion [Uma República da Mente e do Espírito: História Cultural da Religião Metafísica Americana]*
A diversidade religiosa dos Estados Unidos remonta ao período colonial, e as tradições de tolerância têm uma longa história.

12 **A Demografia da Fé**
Brian J. Grim e David Masci, pesquisadores, Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública
Cerca de 80% da população americana é cristã, mas outras religiões do mundo estão aumentando o número de seguidores nos EUA.

A LEI

16 **Liberdade de Culto e os Tribunais**
Andrew C. Spiropoulos, diretor, Centro de Estudos de Direito Constitucional Estadual e Governo, Faculdade de Direito da Universidade da Cidade de Oklahoma
Casos hipotéticos entre indivíduos e governos locais demonstram como os tribunais decidem se as leis violam a liberdade religiosa.

21 **Cláusula de Livre Exercício da Religião: Decisões Importantes da Suprema Corte**
Resumo de mais de um século de decisões judiciais sobre o significado da liberdade de religião.

23 **Proteção à Liberdade Religiosa Internacional: Consenso Global**
John V. Hanford III, embaixador-geral de Liberdade Religiosa Internacional, Departamento de Estado dos EUA
Os Estados Unidos estimulam os governos do mundo a proteger as liberdades religiosas.

FÉ EM AÇÃO

25 **Equilíbrio entre Trabalho e Religião**
Christopher Connell, Jornalista
Aumentar a diversidade religiosa no local de trabalho tornou-se uma questão polêmica.

29 **O Movimento Inter-Religioso**
Gustav Niebuhr, autor, *Beyond Tolerance: Searching for Interfaith Understanding in America [Além da Tolerância: Em Busca do Entendimento Inter-Religioso nos Estados Unidos].*
Grupos religiosos nos Estados Unidos estão superando diferenças e construindo o entendimento.

32 **Recursos Adicionais**

Cumprindo a Promessa de Liberdade Religiosa

Diana L. Eck

Jim Mone/© AP Images

Este templo foi inaugurado perto de Hampton, Minnesota, em 2007, para acolher o crescente número de budistas da área. Cerimônia de consagração de quatro dias atraiu budistas do mundo todo

Dois dos princípios fundamentais dos Estados Unidos são a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Por ocasião da instituição da República, há mais de dois séculos, a maioria esmagadora dos americanos era cristã. Entretanto, como documenta a autora deste artigo em seu livro A New Religious America [Uma Nova América Religiosa]*, daquela época aos nossos dias os Estados Unidos tornaram-se a sociedade com a maior diversidade religiosa do mundo, especialmente nas últimas décadas.*

Diana L. Eck é professora de Religião Comparada e Estudos Indianos da Faculdade de Artes e Ciências e membro da Faculdade de Teologia da Universidade de Harvard em Cambridge, Massachusetts.

A enorme cúpula branca de uma mesquita com seus minaretes eleva-se dos milharais nas imediações de Toledo, em Ohio. Pode-se observá-la ao passar pela rodovia interestadual. Um grande templo hindu com elefantes esculpidos em relevo na porta principal ergue-se na encosta de uma colina nos subúrbios ocidentais de Nashville, no Tennessee. Na área rural ao sul de Mineápolis, em Minnesota, existe um templo e mosteiro budista cambojano, de teto sugestivo do Sudeste Asiático.

O cenário religioso dos Estados Unidos mudou radicalmente nos últimos 40 anos, uma mudança gradual e ao mesmo tempo gigantesca. Começou com a "nova imigração", incentivada pela Lei de Imigração e Naturalização de 1965, quando pessoas do mundo todo vieram para os Estados Unidos e se tornaram cidadãos. Com elas vieram tradições religiosas do mundo — islâmica, hindu, budista, jainista, sique, zoroastriana, africana e afro-caribenha. Os seguidores dessas crenças levaram aos bairros americanos, inicialmente de modo tímido, seus altares e salas de orações

© Adam Tanner/The Image Works

Placas na pequena cidade de Elko, Nevada, direcionam visitantes para várias igrejas servindo à comunidade de menos de 20 mil habitantes

que instalaram em lojas, edifícios comerciais, porões e garagens quase invisíveis para os demais. Mas desde os anos 1990 sua presença tornou-se evidente. Nem todos os americanos viram a mesquita de Toledo ou o templo de Nashville, mas irão ver locais semelhantes em suas próprias comunidades. Eles são sinais arquitetônicos de uma nova estrutura religiosa nos Estados Unidos.

Os americanos sabem, por exemplo, que muitos médicos residentes, cirurgiões e enfermeiros são de origem indiana, mas não pararam para pensar que esses profissionais da saúde têm uma vida religiosa, que talvez façam uma pausa durante a manhã para rezar em um altar em suas casas, que talvez levem frutas e flores para o templo de Shiva-Vishnu local e talvez façam parte de uma variada população hindu de mais de 1 milhão de pessoas. Estamos plenamente cientes da imigração latina do México e da América Central e da grande população de língua espanhola das nossas cidades, e ainda assim talvez não reconheçamos o profundo impacto disso no cristianismo americano, tanto no católico como no protestante, que vai dos cânticos às comemorações festivas.

Um vasto pluralismo

Os historiadores dizem que os Estados Unidos sempre foram uma terra de muitas religiões. Um pluralismo vasto e estruturado esteve presente entre os povos indígenas — mesmo antes de os colonizadores europeus chegarem a estas encostas. A ampla diversidade de práticas religiosas nativas continua até hoje, dos *piscataway* de Maryland até os *blackfeet* de Montana. As pessoas que atravessaram o Atlântico vindas da Europa também tinham diversas tradições religiosas — católicos espanhóis e franceses, anglicanos e quakers britânicos, judeus e cristãos reformistas alemães — uma diversidade que continuou a aumentar no decorrer dos séculos. Muitos africanos trazidos para estas terras com o comércio de escravos eram muçulmanos. Os chineses e japoneses que vieram em busca de fortuna nas minas e nos campos do Oeste trouxeram uma mistura de tradições budista, taoísta e confuciana. Judeus do Leste Europeu e católicos irlandeses e italianos também chegaram em grande número no século 19. Imigrantes cristãos e muçulmanos vieram do Oriente Médio. Punjabis do noroeste da Índia chegaram na primeira década do século 20. A maioria era constituída de siques que se estabeleceram na Califórnia, construíram os primeiros *gurdwaras* [locais sique de culto] dos Estados Unidos e casaram-se com mexicanas dando origem a uma rica cultura sique-hispânica. As histórias de todos esses povos são parte importante da história da imigração americana.

Entretanto, os imigrantes das últimas décadas expandiram exponencialmente a diversidade da nossa vida religiosa. Vieram budistas de países como Tailândia, Vietnã, Camboja, China e Coréia; hindus da Índia, da África Oriental e de Trinidad; muçulmanos da Indonésia, de Bangladesh, do Paquistão, do Oriente Médio e da Nigéria; siques e jainistas da Índia; e zoroastrianos tanto da Índia como do Irã. Imigrantes do Haiti e de Cuba trouxeram tradições afro-caribenhas, misturando imagens e símbolos e católicos e africanos. Novos imigrantes judeus chegaram da Rússia e da Ucrânia, e a diversidade interna do judaísmo americano é maior do que nunca. A face do cristianismo americano também mudou, com grandes comunidades católicas latinas, filipinas e vietnamitas; comunidades

pentecostais chinesas, haitianas e brasileiras; presbiterianos coreanos, Mar Thomas da Índia e coptas egípcios. Em todas as cidades desta terra, os quadros de avisos das igrejas divulgam os horários das reuniões de congregações coreanas ou latinas que se realizam no interior de velhas igrejas urbanas protestantes e católicas.

Nas últimas décadas, grandes movimentos de pessoas, tanto imigrantes como refugiados, têm remodelado a demografia mundial. Em 2005, os imigrantes no mundo todo somavam mais de 190 milhões, segundo a Organização Internacional para as Migrações, com cerca de 45 milhões na América do Norte. A imagem global dinâmica dos nossos tempos não é a do chamado choque de civilizações, mas a de "matização" de civilizações e pessoas. Assim como o fim da Guerra Fria levou a uma nova situação geopolítica, os movimentos globais de pessoas conduziram a uma nova realidade georeligiosa. Hindus, siques e muçulmanos são hoje parte do cenário religioso da Grã-Bretanha; mesquitas estão estabelecidas em Paris e Lyon, templos budistas em Toronto e *gurdwaras* siques em Vancouver. Mas em lugar nenhum, mesmo com as atuais migrações em massa, a imensa gama de crenças religiosas é tão grande quanto nos Estados Unidos. Essa é uma nova e impressionante realidade. Uma realidade sem precedentes.

Um desafio da comunidade

A nova era de imigração é diferente das eras anteriores em magnitude, complexidade e na própria dinâmica. Muitos dos imigrantes que vêm para os Estados Unidos hoje mantêm fortes laços com sua terra natal, por meio de viagens, e-mails, celulares e notícias transmitidas por TVs a cabo. Eles conseguem viver aqui e lá. No que se tornará a idéia e a visão de Estados Unidos com cidadãos, jovens e velhos, abraçando toda essa diversidade? Em quem pensamos quando invocamos as primeiras palavras da nossa Constituição: "Nós, o povo dos Estados Unidos da América"? Quem é esse "nós"? Isso é um desafio de cidadania, certamente, pois envolve a comunidade imaginada da qual julgamos fazer parte. É também um desafio de fé para as pessoas de todas as tradições religiosas que hoje vivem em comunidades de crenças diferentes das suas, no mundo todo e do outro lado da rua.

Muitos dos imigrantes que vêm para os Estados Unidos hoje mantêm fortes laços com sua terra natal, por meio de viagens, e-mails, celulares e notícias transmitidas por TVs a cabo. Eles conseguem viver aqui e lá.

Quando os melhores amigos dos nossos filhos são os colegas de classe muçulmanos, quando um hindu concorre a uma vaga na comissão escolar, todos nós temos novos interesses pessoais por nossos vizinhos, tanto como cidadãos quanto como pessoas de fé.

À medida que o novo século se desenrola, os americanos são desafiados a cumprir a promessa de liberdade religiosa tão fundamental à própria idéia e imagem de Estados Unidos. A liberdade religiosa sempre originou a diversidade religiosa, e a nossa diversidade nunca foi tão impressionante como agora. Isso exigirá que reivindiquemos o significado mais profundo dos princípios fundamentais que cultivamos e criemos uma sociedade americana verdadeiramente pluralista, na qual essa grande diversidade não seja apenas tolerada, mas venha a ser a verdadeira origem da nossa força. Para tanto, todos nós precisaremos conhecer melhor uns aos outros e aprender sobre formas pelas quais os novos americanos expressam o "nós" e contribuem para a alma e o espírito dos Estados Unidos.

É possível que os criadores da Constituição e da Declaração de Direitos não tenham vislumbrado o escopo da diversidade religiosa nos Estados Unidos no início do século 21. Mas os princípios que colocaram nesses documentos — o "não estabelecimento" de religião e "o livre exercício" da religião — forneceram um leme firme no decorrer dos dois últimos séculos, à medida que a nossa diversidade religiosa se expandia. Os Estados Unidos estão começando a clamar e a afirmar o que os criadores da Constituição não imaginaram, mas deram condições à nação para adotar.

A religião nunca é um produto acabado, embalado e entregue, que passa intacto de geração para geração. Em todas as tradições religiosas, algumas pessoas pensam suas religiões dessa forma, insistindo que tudo está contido em seus textos sagrados, doutrinas e rituais. Mas até mesmo uma modesta jornada pela história comprova que estão enganados. Nossas tradições religiosas são dinâmicas e não estáticas, mutáveis e não rígidas, mais semelhantes aos rios do que aos monumentos. Os Estados Unidos são hoje um lugar estimulante para o estudo da história dinâmica das crenças existentes, à medida que o budismo torna-se uma religião distintivamente americana e cristãos e judeus

Rob Goebel, The Indianapolis Star/© AP Images

Uma variada multidão de hindus participa da inauguração de um templo em Indianápolis, Indiana

encontram budistas e professam sua crença sob nova forma em razão desse encontro ou talvez por chegarem ao entendimento de si próprios como parte das duas tradições. Humanistas, leigos e até ateus devem repensar suas visões de mundo no contexto de uma realidade religiosa mais complexa. Com hindus multiteístas e budistas não teístas, os ateus precisam ser mais específicos sobre o tipo de "deus" em que não crêem.

Do mesmo modo que nossas tradições religiosas são dinâmicas, também o é a própria idéia de Estados Unidos. O lema da República, *E pluribus unum*, "de muitos, um", não é um fato consumado, mas um ideal que os americanos devem reivindicar constantemente. A história dos muitos povos dos Estados Unidos e a criação de uma nação é uma história sem fim na qual os ideais são constantemente invocados. Nossa *pluribus* é mais evidente que nunca — nossas raças e faces, nosso jazz e música *qawwali*, nossos tambores haitianos e *tablas* de Bengali, nossas danças *hip-hop* e *bhangra*, nossos *mariachis* e *gamelans*, nossos minaretes islâmicos e torres de templos hindus, nossos cones de templos mórmons e cúpulas douradas de templos siques. Em meio a essa pluralidade, a expressão da nossa *unum*, nossa unidade, exigirá muitas novas vozes, cada uma contribuindo a seu modo.

Envisioning the new America in the 21st century requires an imaginative leap. It means seeing the religious landscape of United States, from sea to shining sea, in all its beautiful complexity. ■

Adaptado do livro A New Religious America [Uma Nova América Religiosa]*, de Diana L. Eck, publicado pela Harper San Francisco, uma divisão da Harper Collins Publishers, Inc.**Copyright © 2001, Diana L. Eck. Todos os direitos reservados.*

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Diversidade Religiosa no Período da Colonização Americana

Catherine L. Albanese

© Francis G. Mayer/Corbis

O quadro do século 19, ***Tratado de Penn com os Indígenas***, mostra o fundador da colônia da Pensilvânia, o quaker William Penn, estabelecendo relações de amizade com tribos indígenas americanas em 1682. O quadro é do artista Edward Hicks, nascido em uma família episcopaliana, mas convertido à fé quaker

O período colonial da história americana foi marcado pelo pluralismo religioso, uma vez que os indígenas americanos, os escravos africanos e os colonizadores europeus praticavam suas diferentes formas de religião. Neste artigo, a autora investiga as raízes e o estabelecimento da tolerância religiosa na época colonial.

Catherine L. Albanese é autora de Republic of Mind and Spirit: A Cultural History of American Metaphysical Religion [Uma República da Mente e do Espírito: História Cultural da Religião Metafísica Americana]. *Ela é também professora da cátedra J.F. Rowny de Religiões Comparadas e chefe do Departamento de Estudos Religiosos da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara.*

Três mitos prevalecem na percepção comum da história religiosa americana:

- Primeiro mito: a história religiosa está relacionada exclusivamente com os europeus.
- Segundo mito: o cristianismo protestante dos imigrantes e colonizadores europeus era monolítico nas primeiras décadas da nação.
- Terceiro mito: o pluralismo religioso é um desdobramento recente do século 20.

Há vários problemas com relação a essa visão da história religiosa americana. Em primeiro lugar, ela ignora o lugar dos povos indígenas — os índios americanos — predecessores

Fotografia do quadro: Douglas Volk/Biblioteca do Congresso

O padre franciscano Hennepin é retratado neste quadro com os indígenas americanos que foram seus guias e companheiros quando explorava os territórios do Alto Meio Oeste no final do século 17. Outros padres da ordem franciscana haviam iniciado a construção de missões entre as tribos indígenas cem anos antes

dos europeus nestas terras há séculos. Em segundo lugar, ignora também o lugar dos africanos que constituíam uma grande minoria da população colonial. Em terceiro lugar, com relação à história européia, é importante observar que, embora a população americana da época colonial fosse em sua grande maioria protestante, havia católicos romanos e judeus entre os colonizadores. Por fim, no início da colonização dos Estados Unidos, o pluralismo era disseminado mesmo entre os protestantes, tendo sido uma característica importante do cenário religioso americano. O desenvolvimento do sectarismo na Grã-Bretanha no período imediatamente anterior à colonização, bem como a imigração sectária, especialmente da Alemanha, garantiram uma perspectiva pluralista. Enquanto isso, colonizadores oriundos de outros países, principalmente da Europa Setentrional, com suas preferências religiosas particulares, também estiveram presentes no início da colonização americana.

Mesmo com essa breve descrição da real diversidade religiosa no início da colonização do país, podemos muito bem colocar questões sobre como o mito da identidade protestante monolítica teve início em primeiro lugar. Os primeiros historiadores da experiência religiosa americana eram eles mesmos representantes das principais denominações protestantes. Eles exerceram a atividade de historiadores não como profissionais, mas a partir de sua posição como religiosos. Assim, somente de maneira gradual o estudo da história religiosa americana tornou-se profissionalizado — sendo os protestantes claramente majoritários na nação até muito recentemente —, e não é de surpreender que a real diversidade no início da nação fosse ignorada.

Tradições de povos indígenas e afro-americanos

Os povos indígenas desenvolveram suas culturas americanas distintas, em nações separadas, durante séculos. Cada nação indígena tinha seu próprio sistema de crenças, códigos de conduta e práticas cerimoniais que eram, e permanecem até hoje, distintos entre si. (Este material e muito do que segue foi resumido do livro de Catherine L. Albanese, *America: Religions and Religion [Estados Unidos: Religiões e Religião]*, 4ª edição, Belmont, Califórnia, Wadsworth Publishing, 2007.) Com cerca de 550 sociedades e línguas distintas nos Estados Unidos do século 17, a cultura indígena americana foi marcada por uma diversidade muito maior do que a maioria de pode cogitar. Mas se examinarmos o que há de comum entre os grupos, os indígenas americanos caracterizavam-se por um forte sentido de continuidade com o mundo sagrado, expresso em crenças, cerimônias e modos de vida que revelavam sua afinidade com a natureza. Consideravam o mundo material a seu redor sagrado e não o separavam de um domínio sobrenatural, a exemplo do que faziam os europeus. Eles também enxergavam uma realidade sagrada em estados oníricos interiores e encaravam suas vidas interiores e a realidade externa como totalmente fluidas e abertas a transformações. Os animais sagrados podiam se transformar em pessoas e vice-versa. Nesse contexto, a ética indígena poderia ser descrita como estando em completa harmonia com o mundo natural. Além disso, os indígenas estavam confortáveis em situações que mais tarde viriam a ser denominadas de pluralidade religiosa. Entre os indígenas americanos, as diferenças religiosas eram observadas, honradas e aceitas. Tribos diferentes prestavam culto a espíritos distintos, realizavam cerimônias distintas e observavam práticas particulares.

Entre os africanos, por sua vez, a religião não desapareceu com o estado de escravidão. A maioria deles veio da África Ocidental e da região do Congo-Angola e muitos eram mandinga, iorubá, ibo, bacongo, jeje e fon. O islamismo

foi escolhido como religião por alguns, enquanto outros praticavam várias e distintas religiões africanas tradicionais. Novamente, como aconteceu para os indígenas americanos, certos temas prevaleceram entre essas formas nativas. A comunidade era central, e o mundo sagrado nunca esteve distante, sendo habitado por espíritos e divindades que incluíam ancestrais venerados. A comunidade sagrada era presidida por um Deus superior, cujo poder era apropriado pelo povo por meio de divindades intermediárias. A adivinhação, o sacrifício animal, a música e a dança — ao ritmo insistente do tambor —, tudo funcionava para criar e expressar o significado espiritual. Nos Estados Unidos, essas idéias e práticas religiosas tomaram novos rumos nas comunidades de escravos, nas quais os negros se adaptaram ao cristianismo protestante e também incorporaram temas relacionados com sua condição involuntária de servidão. Assim, em seu desenvolvimento, o cristianismo negro nunca foi igual à sua versão européia branca. Paralelamente a ela, também, tradições de magia e cura, freqüentemente chamadas de possessão, cresceram e floresceram, misturando-se às crenças e práticas indígenas americanas e, às vezes, atraindo brancos à procura de cura ou ajuda material por meio da prática da magia.

Tradições dos primeiros europeus

Os primeiros europeus presentes na colonização dos Estados Unidos foram os espanhóis que, sob o comando de Juan Ponce de León, chegaram à península, a que hoje chamamos Flórida, em 1513. Somente oito anos mais tarde, os padres católicos romanos estabeleceram missões entre os índios. Em 1564, os espanhóis haviam fundado Santo Agostinho. O mesmo tipo de atividade religiosa ocorria a centenas de quilômetros, nas regiões a oeste do novo continente. Antes do fim do século 16, os missionários franciscanos instalaram-se onde hoje se localiza o estado do Novo México, e os jesuítas deram início a uma missão no Arizona no início do século 18. Entre os ingleses, os católicos vieram com o intuito de colonização, não de conversão dos índios. De fato, a carta constitucional para dar início à colônia que se tornou Maryland foi entregue a um católico romano. O rei Charles I, da Inglaterra, concedeu a carta constitucional ao católico George Calvert, o primeiro lorde de Baltimore. Seu filho, Leonard, chegou em 1634 como primeiro governador da colônia. A colônia de Maryland não permaneceu por muito tempo em mãos católicas, mas sua mera existência atestou o poder das minorias religiosas no período colonial. Nesse ínterim, a colônia de quakers da Pensilvânia recebia bem os católicos, e a colônia de Nova York, pelo menos durante parte de sua história, também os tolerou. Houve até mesmo um governador católico em Nova York de 1682 a 1689, em Thomas Dongan.

Nova York também foi reduto dos primeiros judeus no início dos Estados Unidos. Eles se estabeleceram no local em 1654 quando ainda se chamava Nova Amsterdã (a colônia passou das mãos dos holandeses para a dos ingleses em 1664). Esses judeus — parte de uma comunidade de refugiados espanhóis e portugueses formada após a expulsão dos judeus de suas terras no fim do século 15 — haviam se instalado inicialmente na Holanda liberal. Mais tarde, mudaram-se para o Nordeste do Brasil no contexto da empreitada colonial holandesa, até que, com a expulsão dos holandeses por Portugal, os judeus fugiram para o norte, chegando a Nova Amsterdã. Lá formaram uma diminuta comunidade de sefaraditas, principalmente de comerciantes, sem rabinos. A prática de casamento com não-judeus na área significou que vários deles se misturaram à população local, mas em 1692 conseguiram criar a primeira sinagoga da América do Norte. Alguns dos sefaraditas também se estabeleceram em Rhode Island, e outros — juntamente com os judeus que começavam a chegar da Europa Setentrional — pontilharam as cidades da Costa Leste com suas pequenas comunidades e congregações religiosas até o sul de Charleston, na Carolina do Sul.

Nesse mundo americano de diversidade religiosa dos primeiros tempos, os protestantes mantiveram sua posição de maioria coletivamente. Duas pandemias no início do século 17 dizimaram os povos indígenas no continente norte-americano — devastados pelos micróbios trazidos pelos europeus muito mais do que por suas armas. Os outros grupos — africanos, católicos e judeus — pertenciam claramente à minoria, apesar do grande número de africanos em alguns lugares. Pensar nos colonizadores protestantes coletivamente, contradiz, contudo, a situação de diferença religiosa que, na verdade, caracterizou esses imigrantes europeus. Muitos deles exibiam um cristianismo protestante cultural, mas viviam, também, em contato com uma série de crenças e comportamentos metafísicos semelhantes aos dos indígenas e negros — recorrendo à prática de magia de curandeiros, a formas astrológicas de orientação e a formas elitistas de esoterismo (ver Jon Butler, *Awash in a Sea of Faith: Christianizing the American People [Imerso num Mar de Fé: Cristianizando o Povo Americano]*, Cambridge: Harvard University Press, 1990, e Catherine L. Albanese, *A Republic of Mind and Spirit: A Cultural History of American Metaphysical Religion [Uma República da Mente e do Espírito: História Cultural da Religião Metafísica Americana]*, New Haven: Yale University Press, 2007).

Além disso, os colonizadores das duas primeiras colônias, que foram os principais atores nos desdobramentos políticos posteriores, pertenciam a grupos religiosos diferentes. Os habitantes da Virgínia, com sua primeira colônia permanente em Jamestown a partir de 1607, eram oficialmente membros da Igreja da Inglaterra. Seu anglicanismo era tão rigoroso que em 1610, e a seguir por quase uma década, a lei da Virgínia exigia presença nos cultos de domingo, sob pena de morte a partir da terceira ausência (não encontramos registros de alguém que tenha realmente sido executado). Na Nova Inglaterra, ao contrário, os colonizadores das colônias de Plymouth (1620) e da Baía de Massachusetts (1630) — que mais tarde vieram a se juntar — eram puritanos, membros de dois grupos diferentes de reformistas que rejeitavam as práticas da Igreja da Inglaterra. Em Plymouth, os Peregrinos Separatistas — que haviam se estabelecido anteriormente na Holanda — colocavam-se totalmente à margem da igreja inglesa. Na grande colônia da Baía de Massachusetts, os não-separatistas esforçaram-se para transformar a Igreja da Inglaterra internamente. Ambos os grupos enfatizavam o papel da conversão a um cristianismo puro e verdadeiro, baseado na experiência religiosa pessoal. Ambos foram fortemente influenciados pela teologia calvinista, com sua mensagem da soberania de Deus, do estado de pecado da humanidade e da arbitrariedade da eleição divina à glória celestial ou ao fogo eterno do inferno. Ambos também admiravam a igreja livre ou reunida que se originara na Reforma Anabatista (Radical) da Europa do século 16. Os dois grupos também enfatizavam o papel dessa igreja congregacional reunida como mantenedora de um acordo entre o povo e o Deus Todo-Poderoso.

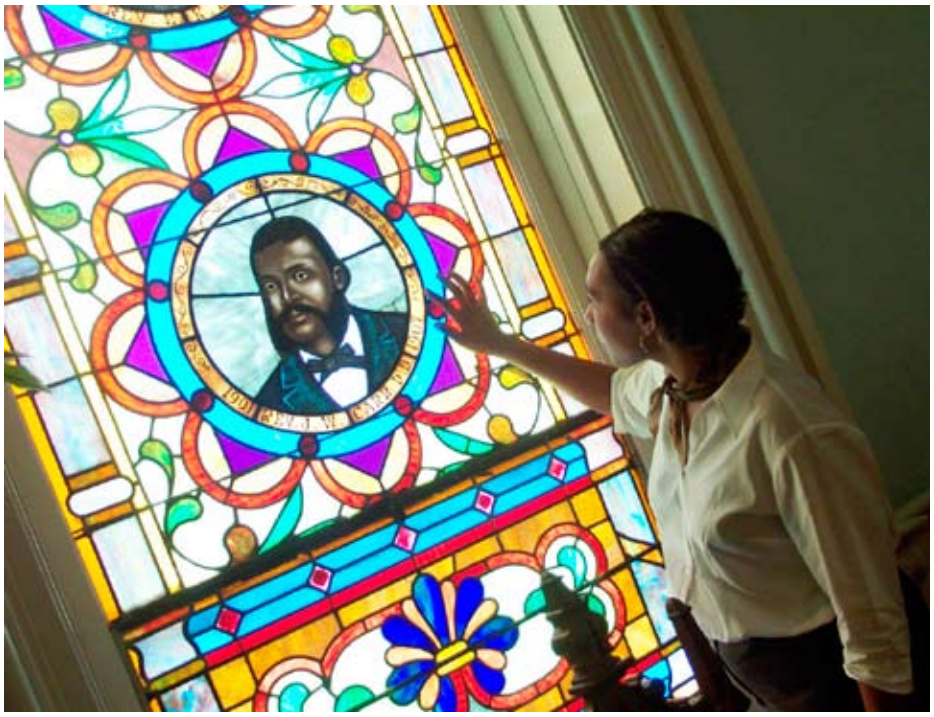


Foto: cortesia de Savannahvisit.com

Janela de vitrais instalada na Primeira Igreja Batista Africana em Savannah, na Geórgia, construída em 1859 por negros livres e escravos. A igreja atual evoluiu de uma congregação organizada em 1788, considerada a mais antiga entre as congregações afro-americanas nos Estados Unidos

Mesmo os reformistas puritanos da Baía de Massachusetts, contudo, não eram puros o suficiente para alguns dos novos colonizadores protestantes. Rhode Island, por exemplo, tornou-se o reduto de crentes batistas após Roger Williams ter fundado a colônia em 1636. Williams havia sido exilado da Baía de Massachusetts quando se tornou cada vez mais claro que ele não considerava seus companheiros puritanos bons o suficiente. Em Rhode Island, juntaram-se a ele outros dissidentes religiosos, tais como Anne Hutchison, que alegava estar sob orientação direta do Espírito Santo. Mais para o sul, os protestantes de Nova York incluíam os colonizadores holandeses reformados de seus primeiros dias como colônia de Nova Amsterdã. Além disso, outros grupos protestantes europeus — calvinistas franceses, luteranos alemães, congregacionalistas da Nova Inglaterra, quakers e batistas — instalaram-se lá, ainda que a colônia se identificasse oficialmente como anglicana (ver Richard W. Pointer, *Protestant Pluralism and the New York Experience: A Study of Eighteenth-Century Religious Diversity [O Pluralismo Protestante e a Experiência de Nova York: : Estudo da Diversidade Religiosa do Século 18],* [Bloomington: Indiana University Press, 1988). Os nova-iorquinos chegaram a considerar sua diversidade positiva, percebendo seus benefícios políticos e religiosos.

Em Nova Jersey, por sua vez, os holandeses e outros imigrantes da Europa Setentrional juntaram-se aos habitantes da Nova Inglaterra e aos colonizadores quakers ingleses. Em especial na Pensilvânia, os quakers encontraram refúgio seguro e assumiram uma posição de comando durante algum tempo. Uma ideologia de tolerância predominou após William Penn tornar a Pensilvânia uma colônia quaker a partir de 1681. Penn, filho de almirante e quaker convertido, obteve direito de propriedade sobre a colônia ao receber um

grande território como pagamento de uma antiga dívida que o duque de York contraíra com seu pai. Os quakers, com suas crenças místicas na "luz divina" presente em tudo, traduziram sua mensagem religiosa em refúgio social e político para tudo. Na Pensilvânia havia liberdade de culto e respeito aos direitos de consciência. Surpreendentes eram ainda a preocupação de Penn com os povos indígenas ao estabelecer tratados com eles e sua atitude de evitar a guerra como iniciativa política.

Missionários ingleses quakers e batistas espalharam-se por todas as partes do Sul americano, e a diversidade religiosa tornou-se uma característica normal do cenário religioso. Também os presbiterianos foram parte importante da mistura, bem como uma série de outros grupos dissidentes menores. Enquanto isso, os sectários alemães espalharam-se pela Pensilvânia e por outros lugares — menonitas, *dunkers* e pietistas morávios, entre outros. Onde quer que os que os alemães e escandinavos se estabelecessem, desenvolvia-se também uma forte presença luterana, bem como uma representação reformada (calvinista) entre os alemães. Também estavam presentes o que poderíamos chamar hoje de grupos marginais, como a comunidade Woman in the Wilderness, não muito distante da Pensilvânia — irmandade esotérica que praticava uma versão dos elementos pagãos, cristãos e judeus misturados em sua própria forma de religião natural.

A INFLUÊNCIA DOS RESSURGIMENTOS

Com tal mistura de identidades e visões religiosas concorrentes entre pessoas que freqüentemente tinham inclinação missionária, os ressurgimentos — episódios de intensa evangelização em massa — tornaram-se comuns no século 18.Essas reuniões exaltavam emoções e abalavam convicções, de modo que as pessoas comuns se comprometiam com novos grupos religiosos ou retornavam aos antigos. Os historiadores gostam de indicar o período do final da década de 1730, passando pelas décadas de 1740 e 1750, como uma época de atenção especial aos apelos do ressurgimento (ver William G. McLoughlin, *Revivals, Awakenings, and Reform: An Essay on Religion and Social Change in America*, *1607-1977 [Ressurgimentos, Despertares e Reforma: Ensaio sobre Religião e Mudança Social nos Estados Unidos, 1607-1977]*, Chicago: University of Chicago Press, 1978). Chamado de o Grande Despertar ou, às vezes, de Primeiro Grande Despertar, esse período foi dominado pela pregação de duas figuras. A primeira delas foi o pregador itinerante inglês George Whitefield, seguidor de John Wesley (fundador do metodismo), com tendências calvinistas, que imigrou para as colônias da América do Norte e pregava para arrecadar fundos para um orfanato nas colônias do sul da Geórgia. A segunda foi o puritano Jonathan Edwards, considerado o maior teólogo dos Estados Unidos, que de seu púlpito em Northampton, Massachusetts, reviveu a austera mensagem calvinista de predestinação e condenação para os não escolhidos para a salvação. Esses pregadores do ressurgimento também não estavam sozinhos. Nas colônias centrais, por exemplo — principalmente Pensilvânia e Nova Jersey — os presbiterianos também ofereciam sua própria versão do despertar.

A linguagem do ressurgimento tornou-se aparentemente a linguagem religiosa dos Estados Unidos. De fato, os historiadores apontam para o papel do ressurgimento na criação e na promoção da dissensão religiosa, ainda que observem seu papel na união dos colonos no que diz respeito ao compartilhamento de uma base comum. Com relação a isso, uma tese conceituada que explica como a Revolução Americana tornou-se ideologicamente possível no final do século 18 argumenta que o Grande Despertar teve papel significativo na produção do sentido de identidade comum, o qual seria absolutamente necessário para iniciar a Revolução (ver Alan Heimert, *Religion and the American Mind: From the Great Awakening to Revolution [Religião e a Mente Americana: do Grande Despertar à Revolução]*, Cambridge: Harvard University Press, 1966). A despeito da maneira como consideramos esse argumento, fica claro que no final do século 18 a diversidade religiosa americana era surpreendentemente aparente, e ela continua a ser uma característica distintiva no cenário social da nação hoje em dia. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

A Demografia da Fé

Brian J. Grim e David Masci

Janet Hostetter/© AP Images

Reunião na Igreja Presbiteriana de Cristo em Edina, Minnesota

Nos Estados Unidos coexistem muitos grupos religiosos diferentes, todos usufruindo o direito de seguir suas crenças com a proteção legal da Constituição dos EUA.

Brian J. Grim, pesquisador sênior de Religião e Assuntos Mundiais, e David Masci, pesquisador sênior de Religião e Direito, trabalham no Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública. O Fórum é um projeto do Centro de Pesquisa Pew, organização apartidária localizada em Washington, D.C., que fornece informações sobre questões, atitudes e tendências que moldam os Estados Unidos e o mundo.

Os Estados Unidos são um dos países de maior diversidade religiosa do mundo inteiro. Na realidade, com adeptos de todas as religiões mais importantes do mundo, os Estados Unidos são de fato uma nação de minorias religiosas. Embora o protestantismo continue a ser o ramo do cristianismo predominante nos Estados Unidos, a tradição protestante encontra-se dividida em dezenas de denominações principais, todas com crenças, práticas religiosas e históricos exclusivos. Além disso, nos últimos anos o predomínio do cristianismo protestante nos Estados Unidos tem diminuído. De fato, recente pesquisa de opinião pública efetuada pelo Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública revelou que os Estados Unidos estão na iminência de se tornar um país de minoria protestante pela primeira vez na sua história. O número de americanos que dizem ser membros de credos protestantes soma agora apenas 51%, bem abaixo dos mais de 60% dos anos 1970 e 1980.

Os católicos romanos respondem por cerca de um quarto dos adultos dos EUA, e os membros de outros credos cristãos chegam a outros 3,3%. De modo geral, quase 8 em 10 adultos declaram pertencer a diversas formas de cristianismo. Outras religiões mundiais — incluindo o judaísmo, o islamismo, o hinduismo e o budismo — têm agora seguidores na ordem de 5% da população adulta dos EUA. Quase um em cada seis adultos não é afiliado a uma religião específica, uma população que vem crescendo nas últimas décadas.

A diversidade religiosa dos Estados Unidos é impulsionada por vários fatores, entre eles a imigração. Essa diversidade reflete também as proteções à livre prática da religião garantidas pela Constituição dos EUA. Não apenas os imigrantes se sentem livres para trazer com eles suas crenças e práticas religiosas, como também muitos americanos decidem mudar de afiliação religiosa no mínimo uma vez

na vida. Na realidade, de acordo com pesquisa efetuada em meados de 2007, mais de um quarto dos adultos americanos abandonaram o credo em que foram criados a favor de outra religião — ou de nenhuma religião —, isso sem contar as mudanças de afiliação de um tipo de protestantismo para outro.

Os direitos religiosos nos Estados Unidos

A Constituição dos EUA oferece proteção para as minorias religiosas e para as práticas religiosas em geral. Essas garantias estão incluídas no que são chamadas cláusulas de Livre Exercício e Estabelecimento de Religião da Primeira Emenda da Constituição. A Primeira Emenda, que também garante a liberdade de expressão e de reunião, foi promulgada em 1791, junto com as outras nove emendas que compõem a Declaração de Direitos.

Os redatores da Primeira Emenda, particularmente James Madison (arquiteto fundamental da Constituição e quarto presidente dos EUA), tinham plena consciência de que as diferenças religiosas levaram a séculos de conflitos violentos na Europa. Eles também se opuseram às políticas de alguns estados americanos feitas nessa época para impor restrições sobre determinados credos religiosos em favor de igrejas sancionadas ou estabelecidas pelo Estado. Em especial, Madison acreditava que limites sobre a liberdade de culto, junto com as iniciativas do governo para criar uniformidade religiosa, violavam os direitos individuais fundamentais. Ele também argumentava que a crença religiosa prosperaria mais em um ambiente em que o governo protegesse a liberdade religiosa das pessoas, mas não apoiasse instituições religiosas. Esses dois objetivos são a base das cláusulas da Primeira Emenda sobre religião.

Mesmo na época de Madison, no entanto, havia muita discordância sobre o significado exato das cláusulas sobre religião, as quais declaram que "o Congresso não legislará sobre o estabelecimento de uma religião ou proibição de seu livre exercício". Conseqüentemente, foi deixado em grande parte aos tribunais determinar o significado exato das cláusulas de Estabelecimento e Livre Exercício de Religião.

Embora todos concordem que a Primeira Emenda proíbe a criação de uma igreja apoiada pelo governo, a concordância termina essencialmente aí. Alguns argumentam, por exemplo, que a Cláusula de Estabelecimento impede qualquer envolvimento do governo com religião. Eles acreditam, como escreveu Thomas Jefferson, um dos fundadores dos Estados Unidos, que existe "um muro de separação" entre a igreja e o Estado. Outros argumentam que o Estado pode apoiar atividades e instituições religiosas desde que isso não favoreça uma crença em detrimento de outra. Quando as disputas sobre prática religiosa chegaram ao sistema jurídico, os tribunais traçaram uma linha entre esses dois pontos de vista. De modo geral, eles decidiram que o governo pode reconhecer amplamente a religião — por exemplo, na moeda e em declarações e juramentos e públicos —, mas derrubaram leis que parecem promover a religião — como o ensino da Bíblia em escolas públicas.

A cláusula de Livre Exercício também foi objeto de muitos debates e de muita discordância. Embora os tribunais tenham determinado de modo coerente que a cláusula protege todas as crenças religiosas, trataram as práticas e atividades religiosas de modo diferente. Em geral, os tribunais

Principais tradições religiosas dos Estados Unidos

	Entre todos os adultos %	
Cristã	**78,4**	
Protestante	51,3	
Igrejas evangélicas		26,3
Igrejas da corrente principal		18,1
Igrejas hist. de negros		6,9
Católica	23,9	
Mórmon	1,7	
Testemunhas de Jeová	0,7	
Ortodoxa	0,6	
Outras religiões cristãs	0,3	
Outras religiões	**4,7**	
Judaica	1,7	
Budista	0,7	
Muçulmana*	0,6	
Hindu	0,4	
Outras religiões mundiais	<0,3	
Outros credos	1,2	
Não afiliados	**16,1**	
Não sabem/Não responderam	**0,8**	
	100	

**De "Muçulmanos Americanos: Classe Média e, na Maioria, da Corrente Principal", Centro de Pesquisa Pew, 2007.*

Devido a arredondamentos, as cifras podem não totalizar 100 e os números considerados podem não levar ao subtotal indicado.

Fonte: Levantamento do Panorama Religioso dos EUA, Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública.

consideraram que a Primeira Emenda não dá às pessoas de fé um cheque em branco para ignorar a lei. No entanto, algumas decisões dos tribunais concederam exceções especiais para grupos religiosos, inclusive para as crenças das minorias. Por exemplo, em 1943 a Suprema Corte dos EUA manteve o direito de testemunhas-de-jeová se recusarem a participar de cerimônias de saudação obrigatória à bandeira com base em suas crenças religiosas.

O PANORAMA RELIGIOSO DOS EUA

Nesse contexto legal, uma grande diversidade de expressão religiosa floresceu nos Estados Unidos. Não são mantidas estimativas oficiais do número de grupos religiosos nos Estados Unidos, porque desde fins dos anos 1950 o Bureau do Censo dos EUA não fez nenhum levantamento dos cidadãos quanto a crença religiosa ou participação em grupos religiosos. Uma boa fonte de informação sobre religião nos Estados Unidos vem atualmente do Levantamento do Panorama Religioso dos EUA do Fórum Pew. Com base em entrevistas com mais de 35 mil adultos, o levantamento detalha a grande diversidade de afiliações religiosas dos Estados Unidos no início do século 21.

Grandes grupos religiosos: o levantamento revela que quase 8 em 10 adultos dos Estados Unidos pertencem a uma igreja ou credo cristão. Os membros de igrejas protestantes constituem agora uma escassa maioria (51,3%) da população adulta. Mas nos Estados Unidos o protestantismo não é homogêneo; ao contrário, está dividido em três tradições religiosas distintas — igrejas protestantes evangélicas (26,3% da população adulta em geral e cerca da metade de todos os protestantes); igrejas protestantes da linha principal (18,1% da população adulta e mais de um terço de todos os protestantes); e igrejas protestantes historicamente afro-americanas (6,9% da população adulta em geral e um pouco menos de um sétimo de todos os protestantes). O protestantismo compreende também vários grupos de denominações (por exemplo, batista, metodista e pentecostal) que se enquadram em uma ou mais das tradições acima.

Tyler Hicks/The New York Times

Devotos da Igreja de Pentecostes no Bronx, Nova York, onde tendências recentes da imigração levaram ao estabelecimento de um número maior de igrejas evangélicas

Os católicos romanos respondem por quase um quarto (23,9%) da população adulta e por cerca de 3 em cada 10 cristãos americanos. Entre a população adulta nascida no país, o número de protestantes supera muito o de católicos (55% de protestantes contra 21% de católicos). Mas entre os adultos nascidos no exterior, o número de católicos supera o de protestantes em uma proporção de quase dois para um (46% de católicos contra 24% de protestantes).

Minorias de religiões menores: estima-se que a parcela de muçulmanos da população adulta dos EUA seja de 0,6%, de acordo com o levantamento nacional de 2007 do Centro de Pesquisa Pew sobre muçulmanos americanos, realizado em árabe, urdu e farsi, além do inglês. Cerca de dois terços dos muçulmanos americanos são imigrantes. Apesar disso, o levantamento descobriu que eles são francamente da corrente principal no que diz respeito a aparência, valores e atitudes. Na sua esmagadora maioria, os muçulmanos americanos acreditam que trabalhar duro compensa, crença que se reflete no fato de a renda e os níveis de educação dos muçulmanos americanos geralmente espelharem os do público geral americano. Os muçulmanos constituem também o grupo mais diversificado em termos de raça dos Estados Unidos. Mais de um muçulmano em três é branco, cerca de um em quatro é negro, um em cinco é asiático e quase um em cinco é de outras raças.

Os hindus respondem por aproximadamente 0,4% da população adulta dos EUA, de acordo com o Levantamento do Panorama Religioso do Fórum Pew. Mais de 8 em 10 hindus americanos nasceram no exterior, provenientes quase exclusivamente do Centro-Sul da Ásia. Quase metade dos hindus dos Estados Unidos possui pós-doutorado, em comparação com apenas cerca de 1 em 10 da população adulta em geral. Os hindus têm também maior probabilidade de obter níveis de renda mais altos do que os dos outros grupos, com mais de 4 em 10 ganhando acima de US $100 mil por ano.

Os budistas constituem 0,7% dos adultos dos EUA. Contrastando com o islamismo e o hinduismo, nos Estados Unidos o budismo é composto basicamente por adeptos nascidos no país, brancos e convertidos. Somente um em três budistas americanos descreve sua raça como asiática, e quase três em quarto budistas se declaram convertidos ao budismo. Um quarto dos budistas possui pós-doutorado, porcentagem muito maior do que entre a população adulta em geral.

Chathie Rowand, The Fort Wayne Journal Gazette/ © AP Images

Em Fort Wayne, Indiana, membros do Templo Budista Mon se reúnem para uma prece durante celebração da vida do monje Luang Phot Uttama, falecido em 2006. Os budistas do Mon referiam-se a ele como seu Dalai Lama

O levantamento constata que a maioria dos judeus americanos se identifica com um dos três grupos judeus mais importantes: Reformista (43%), Conservador (31%) e Ortodoxo (10%). Mais de 8 em 10 judeus foram criados como judeus, e cerca de 7 em 10 são casados com alguém que compartilha sua fé judaica. Mais de um terço dos judeus possui pós-doutorado e eles, como os hindus, têm nível de renda muito mais elevado que o da população em geral.

Grande número de americanos pertence a um terceiro ramo importante do cristianismo global — a ortodoxia —, cujos adeptos respondem agora por 0,6% da população adulta. Além disso, o cristianismo americano inclui números razoáveis de mórmons e de testemunhas-de-jeová. Os mórmons respondem por 1,7% da população adulta. Aproximadamente 6 em 10 mórmons tiveram no mínimo alguma instrução universitária, em comparação com metade da população geral dos EUA. Os mórmons tendem a ter nível de renda ligeiramente superior à média, com a maioria (58%) ganhando mais de US $50 mil por ano. Os testemunhas-de-jeová respondem por 0,7% da população adulta. Mais de dois terços dos testemunhas-de-jeová são convertidos de outro credo ou não eram afiliados a nenhuma religião específica quando crianças.

O levantamento revela que 16,1% da população adulta declara não ser afiliada a nenhuma religião específica, fazendo dos não-afiliados a quarta maior tradição "religiosa" nos Estados Unidos. Mas o levantamento também mostrou que a população não afiliada é muito diversificada e que simplesmente não seria correto descrever todo esse grupo como não religioso ou "secular". De fato, a despeito de sua falta de afiliação a um grupo religioso específico, grande parte do grupo diz que a religião é razoavelmente importante ou muito importante em sua vida.

Somente 1,6% da população adulta dos Estados Unidos declara ser ateísta, e a probabilidade de os homens afirmarem isso é duas vezes maior que a das mulheres. Os adultos mais jovens (abaixo dos 30 anos) também têm maior probabilidade de ser ateus do que a população adulta como um todo.

Distribuição geográfica dos grupos religiosos: o levantamento revelou que cada região dos Estados Unidos exibe um padrão diferente de afiliação religiosa. O Meio Oeste, ou a parte central do país, assemelha-se mais à composição religiosa geral de toda a população. Cerca de um quarto (26%) dos habitantes do Meio Oeste é membro de uma igreja protestante evangélica, cerca de um em cinco (22%) é membro de uma igreja protestante da linha principal, quase um quarto (24%) é católico e 16% não têm nenhuma afiliação. Essas proporções são quase idênticas às constatadas pela pesquisa para o público em geral.

O Nordeste tem mais católicos (37%) do que outras regiões e o menor número de pessoas afiliadas a igrejas protestantes evangélicas (13%). Os moradores dessa região têm muito mais probabilidade de ser judeus (4%) do que as pessoas que vivem em outras regiões. Contrastando com isso, exatamente a metade dos membros das igrejas protestantes evangélicas vive no Sul, em comparação com apenas 10% no Nordeste e 17% no Oeste. A vasta maioria dos mórmons (76%) vive no Oeste, com maior concentração no estado de Utah. O Oeste também tem a maior proporção de pessoas não afiliadas a uma religião específica (21%), inclusive o maior número de ateus e agnósticos.

A religião americana: diversificada e não dogmática

Talvez refletindo a grande diversidade religiosa dos Estados Unidos, a maioria dos americanos concorda com a afirmação de que várias religiões — não somente a deles — podem conduzir à vida eterna. Na realidade, o levantamento revelou que a maioria dos americanos também não é dogmática quando se trata de interpretar as doutrinas de sua própria religião. Por exemplo, mais de dois terços de adultos afiliados a uma tradição religiosa concordam que há mais de um modo verdadeiro de interpretar os ensinamentos de seu credo. A falta de dogmatismo na religião americana, combinada com as proteções legais concedidas a todos os grupos religiosos, significa que as minorias religiosas provavelmente continuarão a encontrar um lar acolhedor nos Estados Unidos. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA

Liberdade de Culto e os Tribunais

Andrew C. Spiropoulos

Joe Raedle/Getty Images

O prédio da Suprema Corte dos EUA em Washington, DC, tem sido palco de muitas manifestações sobre interpretações de leis contemporâneas e as proteções constitucionais da religião. Com freqüência, esses casos se tornam de tal forma controversos que as multidões se reúnem em frente ao prédio da Suprema Corte para manifestar seus pontos de vista com cartazes, músicas e palavras de ordem

"O Congresso não legislará sobre o estabelecimento de uma religião ou proibição de seu livre exercício..."

When citizens believe that a law violates this principle of the U.S. Constitution, they turn to the courts, constitutionally designated as the guardians of these principles. Citizens will challenge a law for impermissibly establishing a faith or for restricting their free exercise of religious practice. The court must decide whether the laws of the day have strayed from that fundamental principle of religious freedom.

A revista eJournal USA *solicitou a Andrew C. Spiropoulos, professor de Direito e diretor do Centro de Estudos de Direito Constitucional Estadual e Governo da Faculdade de Direito da Universidade da Cidade de Oklahoma, que elaborasse vários casos jurídicos hipotéticos sobre a Cláusula de Livre Exercício e Estabelecimento de Religião. Para cada caso, Spiropoulos criou pessoas e lugares fictícios. Ele imaginou um conjunto de fatos, descreveu os respectivos argumentos jurídicos dos querelantes e do governo e fez sugestões sobre como o tribunal provavelmente se pronunciaria em cada caso específico. As "decisões" são apenas interpretações de como agiria a Justiça, mas são baseadas em decisões judiciais reais. Lidos em conjunto, esses cenários descrevem as linhas imprecisas, mas reais, entre ações governamentais permitidas e proibidas no tocante a assuntos de religião.*

Cenário 1

Fatos: William Davis é praticante de uma religião ameríndia. Um dos sacramentos mais importantes dessa religião exige o uso de um narcótico. A posse dessa droga é considerada crime grave pela legislação do estado de West Mountain, onde Davis mora. Ao descobrir que ele usava a droga nos cultos religiosos, o patrão de Davis o despediu.

Como Davis foi demitido por fazer algo ilegal, o estado de West Mountain se recusou a conceder-lhe os benefícios estaduais normalmente concedidos às pessoas que perdem o emprego. Davis processou o estado de West Mountain exigindo receber seus benefícios, porque acreditava que a Constituição dos Estados Unidos não permitia ao estado de West Mountain decidir pela ilegalidade do uso de drogas em cultos religiosos.

Argumentação do autor da ação: Davis argumentou que, ao reter seus benefícios, o estado estava limitando de forma equivocada seu direito de exercer livremente sua religião conforme assegurado pela Primeira Emenda da Constituição dos EUA. Segundo ele, a lei citada pelo estado para negar-lhe os benefícios de desemprego — uma legislação que criminaliza a posse da droga — viola a Constituição ao dificultar, se não impedir, que ele pratique sua religião. Essa lei obriga Davis a infringir as regras da sua crença ou a ser preso por violar a legislação sobre drogas. A Constituição, explica Davis, só permite ao estado impedir que alguém pratique sua religião se: (1) o estado tiver razão muito importante e (2) a lei for a única forma de o estado atingir sua meta. No caso em questão, argumenta Davis, o estado não tem uma boa razão para impedir que ele use a droga durante o culto religioso. Ele não está causando mal a si mesmo nem a outras pessoas; não está usando a droga como as pessoas que abusam da droga por prazer; e nem tem a intenção de vender a droga a ninguém. O estado, em outras palavras, não pode provar que essa lei tenha sentido no caso de Davis. Sem que haja uma razão convincente para limitar a liberdade de religião de Davis, a Constituição não permite que o estado lhe imponha uma punição.

Argumentação do governo: o estado argumenta que não está retirando o direito de Davis exercer livremente sua religião. A lei proibindo a posse do narcótico não se aplica exclusivamente às pessoas religiosas; ela se aplica a todos. O estado diz ter autoridade constitucional para exigir que Davis obedeça essa lei da mesma maneira que exige a obediência de todas as outras pessoas, religiosas ou não. O estado argumenta que não necessita comprovar ter uma razão muito importante para aplicar a lei, e que a lei é a única maneira de atingir aquela meta. A única coisa necessária é mostrar uma razão legítima para a lei, e o estado apresenta uma: será mais fácil para o governo aplicar a legislação contra o uso ilegal de drogas se não precisar se preocupar em fazer exceções para pessoas como Davis, que acreditam ter uma boa razão para violar a lei.

Provável decisão: nesse caso, a Justiça provavelmente decidirá a favor do estado. O tribunal deverá sustentar que, embora a aplicação da lei dificulte — ou talvez quase torne impossível — a alguém praticar sua religião, a Constituição não dá a nenhuma pessoa religiosa o direito de desobedecer a lei. Como a lei diz respeito a todos, religiosos ou não, e é aplicada de modo imparcial contra todos que a violam, então o estado pode aplicar a lei à pessoa religiosa, desde que consiga apresentar uma razão sensata para tal lei. Em outras palavras, o estado não precisa isentar pessoas religiosas das exigências de uma legislação imparcial.

Cenário 2

Fatos: a Igreja da Nova Ordem pratica a fé utopiana. Sua liturgia inclui o sacrifício de animais, como a matança de pombos, galinhas, cabritos e carneiros. O sacrifício de animais é uma parte importante dos cultos utopianos, inclusive dos sacramentos, da iniciação de novos membros e sacerdotes, das orações para os doentes e de uma celebração anual. Muitos habitantes da cidade de Palm Leaf, onde a igreja deseja se estabelecer, estão preocupados com a prática de sacrificar animais. Eles consideram essa prática repugnante e perturbadora e acreditam que poderá causar riscos à saúde pública. Solicitaram à Prefeitura que impedisse a igreja de sacrificar animais. A cidade aprovou uma lei que torna ilegal a matança de animais para uso em rituais e cerimônias, mas não para fins de alimentação, vestuário, esporte, experimentos científicos e controle de pragas. A igreja processou a Prefeitura a fim de impedir a interferência em seus serviços religiosos.

Argumentação da autora da ação: para a igreja, a portaria de Palm Leaf proibindo a matança de animais impede seus membros de exercer o direito garantido pela Constituição de praticar livremente sua religião. Sua argumentação é de que a lei não trata igualmente as pessoas religiosas e as não religiosas. Embora aparentemente a portaria se aplique a todos, uma leitura mais atenta revela que ela se aplica exclusivamente às pessoas religiosas. Só as pessoas religiosas matam animais como parte de um ritual ou de uma cerimônia, e só esse tipo de matança de animais é considerado ilegal. Vários outros tipos de abate de animais, como matar para comer ou durante a caça esportiva, não são proibidos. Fica claro também que a cidade aprovou essa lei com a intenção de impedir as pessoas de praticar a religião utopiana. A portaria só foi adotada em resposta às reclamações hostis de outros moradores da cidade. A Constituição, no mínimo, exige que o governo não faça discriminação entre cidadãos religiosos e não religiosos, nem que aja deliberadamente com hostilidade contra alguma religião. No caso de Palm Leaf, uma pessoa pode ser acusada de crime por praticar sua religião, ao passo que outra que cometa o mesmo ato

por razões não religiosas não será acusada. O governo precisa ter uma razão muito importante para tratar de forma diferente pessoas religiosas e não religiosas. Nesse caso, não há diferença real entre o abate de animais por pessoas religiosas e por outra pessoa qualquer.

Argumentação do governo: a Prefeitura argumenta que a lei não visa as pessoas religiosas e nem as trata de forma diferente. A lei se aplica a todos, religiosos ou não, que matem animais como parte de um ritual ou de uma cerimônia, e há muitas cerimônias desse tipo que não são religiosas. Caçadores que matam por esporte ou açougueiros que matam por alimento, abatem animais por um motivo prático, não como parte de alguma cerimônia. Isso é diferente de matar por razões cerimoniais, portanto, pode e deve ser tratado de forma diferente pela lei. Uma pessoa não é impedida de exercer seu direito constitucional de praticar livremente a religião quando a lei se aplica igualmente a todos, tanto às pessoas religiosas quanto às não religiosas. Isso é verdadeiro ainda que a lei dificulte a prática de alguma religião.

Provável decisão: nesse caso, a Justiça provavelmente decidirá a favor da Igreja Utopiana. Embora pareça que a portaria se aplique a todas as pessoas, independentemente da religião ou da falta de religião, é óbvio que a lei não trata da mesma maneira as pessoas religiosas e as não religiosas. A lei foi elaborada com a intenção de ser aplicada às pessoas religiosas que matam animais como parte de seus cultos, ao passo que isenta todas as pessoas que matam animais por outras razões. Uma pessoa é impedida de exercer seu direito de praticar livremente sua religião quando o governo a trata de forma diferente da que trata pessoas não religiosas, a menos que o governo comprove: (1) que há uma razão muito importante para a lei e (2) que a lei é absolutamente necessária para atingir aquela meta. Nessa situação, as razões para limitar ou impedir o abate de animais aplicam-se igualmente às pessoas religiosas e às não religiosas. A única explicação sensata para essa distinção é a hostilidade do governo contra a religião utopiana.

Cenário 3

Fatos: Michelle Rivers, de 14 anos, acabou de se formar em uma escola pública de ensino médio. A escola realiza uma cerimônia para homenagear os formandos. Esses eventos normalmente são muito importantes para os formandos e seus familiares. A escola convidou um pastor para fazer orações no início e no fim da cerimônia de formatura de Michelle. As orações faziam referência a Deus de uma maneira genérica e não a uma crença religiosa específica sobre Deus. Os alunos não precisavam rezar nem ficar em pé durante as orações. Os alunos também não precisavam participar da cerimônia para se formar. Michelle processou a escola porque acredita

Scott Brunner, Bedford Times-Mail/© AP Images

Diversas comunidades americanas foram campo de batalhas jurídicas sobre a instalação de monumentos em homenagem aos Dez Mandamentos da Bíblia. No condado de Lawrence, em Indiana, um grupo de defesa das liberdades civis foi à Justiça para impedir a instalação de um monumento no gramado do prédio do tribunal. Aqui, trabalhadores retiram o monumento para acatar uma decisão judicial

Charles Rex Arbogast/© AP Images

Esta exposição no Museu da Liberdade McCormick em Chicago, Illinois, tem como objetivo ajudar os visitantes a entender melhor as liberdades de expressão, religião, imprensa e reunião de que trata a Primeira Emenda. O museu foi inaugurado em 2006, patrocinado pela Fundação McCormick, doado por um ex-editor do jornal ***Chicago Tribune***, Charles McCormick

que a Constituição não permite a uma escola pública patrocinar uma oração na cerimônia de formatura.

Argumentação da autora da ação: Michelle argumenta que ao patrocinar uma oração, a escola (uma instituição governamental) viola a Primeira Emenda que proíbe o estabelecimento de uma religião. Para Michelle, o governo pratica uma infração sempre que suas ações demonstrem endosso a uma religião, ainda que genérica, em detrimento da falta de religião, ou quando oferece qualquer tipo de apoio à disseminação de uma religião. Nesse caso, ao patrocinar as orações durante a cerimônia, o governo favorece a religião e dá sinais de disposição de apoiá-la. Além disso, o governo está estabelecendo uma religião ao forçar Michele a rezar ou, no mínimo, mostrar respeito a crenças que ela não apóia. O governo não pode condicionar a participação de Michelle na cerimônia, um evento importante na sua vida, à demonstração de respeito pela religião.

Argumentação do governo: a escola argumenta que Michelle não está sendo forçada a demonstrar apoio nem mesmo respeito pela religião. Ela não é obrigada a participar da cerimônia e, caso participe, não é obrigada a rezar nem a ficar em pé enquanto os outros rezam. Segundo a escola, não é ilegal apoiar ou endossar uma religião. Isso apenas dá às pessoas que participam da cerimônia a oportunidade, caso queiram ou acreditem, de expressar sua fé religiosa. As escolas e outros órgãos do governo oferecem essas oportunidades de oração desde os primórdios da nação, e poucos diriam que essas práticas históricas obriguem as pessoas a ser religiosas ou a fornecer qualquer apoio tangível à religião.

Provável decisão: nesse caso, a Justiça provavelmente decidirá a favor de Michelle. O governo não pode forçar Michelle a escolher entre participar da cerimônia de sua formatura, um evento importante na sua vida, e forçá-la a expressar respeito por crenças que ela não compartilha. É irrealista esperar que Michelle, uma menor de idade, enfrente a desaprovação de seus colegas por se recusar a ficar de pé ou a permanecer no recinto para ouvir as orações durante a cerimônia. Portanto, ela fingirá para todos os presentes que está rezando ou no mínimo respeitando a importância da oração. A Constituição

não permite que se force uma religião a uma pessoa não crente. Ademais, o governo não pode usar seus poderes e recursos para disseminar ou encorajar uma crença religiosa. Ao patrocinar uma oração em uma cerimônia pública, o governo diz aos participantes acreditar que religião é uma coisa importante e boa. Quando o governo passa a mensagem que endossa a crença religiosa, ele estabelece religião em violação à Constituição.

Cenário 4

Fatos: o prédio do Capitólio estadual em Metropolis, New Hudson, está cercado por uma grande área de parque de propriedade do estado, com vários monumentos. Um desses monumentos é uma estrutura de pedra de dois metros de altura com a inscrição dos Dez Mandamentos. O monumento está localizado entre o Capitólio, que abriga o legislativo estadual, e o prédio que abriga a Suprema Corte estadual. No monumento há uma inscrição dizendo que ele foi doado ao estado há 40 anos por um grupo de cidadãos. Henry Mencken, morador de Metropolis, passa freqüentemente pelo monumento a caminho do trabalho. Mencken não tem religião e não gosta que um monumento pertencente ao estado e mantido pelo estado expresse apoio a crenças religiosas específicas. Ele processa o estado para que o monumento seja retirado.

Argumentação do autor da ação: Mencken argumenta que, ao colocar um monumento com mensagem religiosa em uma propriedade do estado, New Hudson estabelece religião em violação à Primeira Emenda. Para ele, qualquer pessoa razoável que passeie pelo parque — uma das áreas públicas mais importantes do estado — e leia o monumento concluirá que o estado de New Hudson apóia as crenças religiosas expressas nos Dez Mandamentos. Mencken afirma que a Constituição não permite ao governo usar sua autoridade e seus recursos para endossar ou disseminar crenças religiosas específicas. Ele insiste que o monumento deve ser retirado da propriedade pública.

Argumentação do governo: o estado argumenta que nada sobre o monumento reflete esforço do estado para estabelecer uma religião. O monumento não demonstra que New Hudson esteja tentando impor uma religião a seus cidadãos, nem mesmo que apóie a religião. O monumento, localizado em um parque que abriga mais de 30 outros monumentos, apenas indica o fato histórico de que as crenças contidas nos Dez Mandamentos foram muito importantes para as pessoas que fundaram o estado. A maioria das pessoas que passeia pelo parque e lê o monumento o considera apenas um dos vários monumentos que homenageiam alguma coisa importante da história de New Hudson. Na opinião dessas pessoas o monumento não está passando uma mensagem sobre o que o estado de New Hudson acredita atualmente sobre religião. Nada nesse monumento viola a lei, argumenta o governo, e ele deve permanecer onde está.

Provável decisão: nesse caso, a Justiça provavelmente decidirá a favor do estado. O monumento não expressa nem a crença nem o apoio a uma religião. Na verdade, o monumento é testemunho da importância da crença religiosa na história de New Hudson. A maioria das pessoas acredita que o monumento expresse uma mensagem histórica, não religiosa, porque está em uma área cercada por outros monumentos e marcos que também expressam mensagens históricas. É claro também que a maioria das pessoas que vê o monumento não acha que o governo esteja impondo uma mensagem religiosa, pois o monumento está ali há muitos anos sem que houvesse reclamações. Ele é aceito pelas pessoas do estado como parte da sua história e, portanto, não pode ser visto como uma tentativa do governo de estabelecer religião em violação à Constituição. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Cláusula de Livre Exercício da Religião: Decisões Importantes da Suprema Corte

Resumo das decisões marcantes da Suprema Corte compiladas pelo Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública

Reynolds vs. Estados Unidos (1879)
Manteve a condenação bem-sucedida de um mórmon proeminente pela prática de bigamia em Utah.

Cantwell vs. Connecticut (1940)
Ao anular uma condenação por perturbação da paz, sustentou que a Cláusula de Livre Exercício da Religião se aplica tanto às ações estaduais quanto às federais.

Distrito da Escola de Minersville vs. Gobitis (1940)
Decidiu que a Cláusula de Livre Exercício da Religião não concede às crianças de escolas públicas o direito de não participar da cerimônia obrigatória de saudação à bandeira por motivação religiosa.

Conselho de Educação da Virgínia Ocidental vs. Barnette (1943)
Revogou *Gobitis* e reconheceu o direito de não participação da cerimônia de saudação à bandeira com base no direito de liberdade de expressão e de culto.

Estados Unidos vs. Ballard (1944)
Em um caso envolvendo um curandeiro que afirmava possuir poderes sobrenaturais de cura, decidiu que o governo não pode questionar a veracidade nem a validade da crença religiosa das pessoas, mas é livre para examinar se tais crenças são manifestadas com sinceridade.

Braunfeld vs. Brown (1961)
Rejeitou o argumento de empresários judeus que observavam o Shabat aos sábados e não obedeciam à lei que determinava o fechamento do comércio aos domingos.

Sherbert vs. Verner (1963)
Decidiu que uma política de combate ao desemprego da Carolina do Sul, que forçava uma empregada a escolher entre o Shabat no sábado (dia sagrado de sua religião) e a elegibilidade para o auxílio-desemprego, violava a Cláusula de Livre Exercício da Religião.

Wisconsin vs. Yoder (1972)
Decidiu que a Cláusula de Livre Exercício da Religião isentava os adolescentes da Antiga Ordem Amish de observar as leis compulsórias de freqüência escolar.

Universidade Bob Jones vs. Estados Unidos (1983)
Rejeitou contestação à Primeira Emenda com relação à política do Departamento da Receita Federal de negar isenção de impostos a instituições educacionais religiosas sem fins lucrativos que mantinham políticas raciais discriminatórias.

Goldman vs. Weinberger (1986)
Decidiu que a Cláusula de Livre Exercício da Religião não isentava um capitão judeu da Força Aérea da norma que proibia o uso de qualquer peça que cubra a cabeça em ambientes internos.

Mario Tama/Getty Images

Não é incomum ver homens judeus usando o quipá no dia-a-dia nos Estados Unidos, nas ruas e em casa. A Suprema Corte dos EUA decidiu, no entanto, que um capitão judeu da Força Aérea não poderia ficar isento das normas do código de vestimenta que proíbe o uso de qualquer peça que cubra a cabeça em ambientes internos

O'Lone vs. Comunidade de Shabazz (1987)
Decidiu que as considerações sobre segurança forneciam base razoável para a restrição ao comparecimento de presos a serviços religiosos muçulmanos.

Divisão de Emprego vs. Smith (1990)
Sustentou a negação de auxílio-desemprego a dois indígenas americanos conselheiros em reabilitação de drogados que foram demitidos porque ingeriram o alucinógeno mescalina como parte de um ritual religioso.

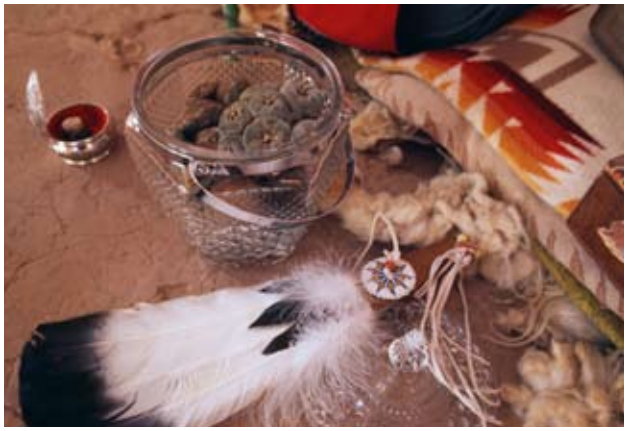


Foto: Ira Block/National Geographic/Getty Images

Alguns itens usados em rituais religiosos dos indígenas americanos incluem a mescalina. A Justiça determinou que o uso dessa droga, que de outra maneira seria considerada ilegal, é legal no culto indígena

Igreja de Lukumi Babalu Aye vs. Cidade de Hialeah (1993)
Decidiu que as leis da cidade de Hialeah sobre tratamento de animais discriminavam o culto santeriano e suas práticas de sacrifício de animais.

Cidade de Boerne vs. Flores (1997)
Decidiu que o Congresso não tem poder para substituir o julgamento do Judiciário federal sobre as normas de liberdade religiosa que os estados devem obedecer.

Locke vs. Davey (2004)
Decidiu que um subsídio para o ensino superior do estado de Washington que excluía os que se especializavam em estudos religiosos devocionais era constitucional.

Cutter vs. Wilkinson (2005)
Rejeitou o argumento de que a parte de uma lei federal sobre liberdade religiosa que trata de prisioneiros e outros internos viola a Cláusula de Estabelecimento de Religião.

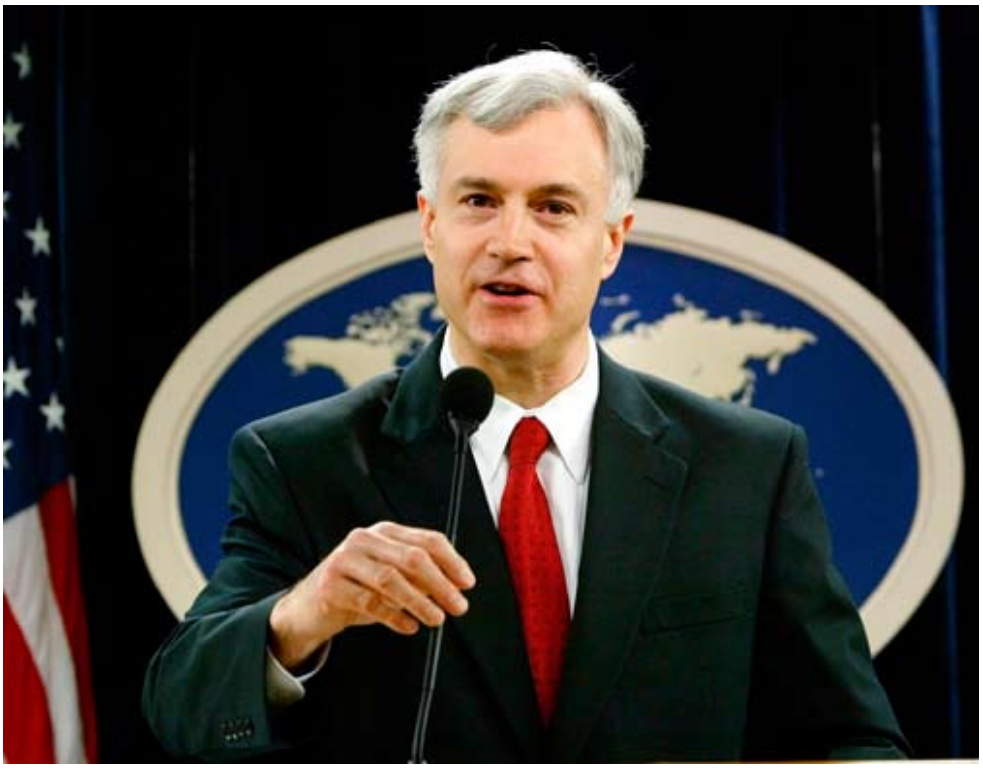
Gonzales vs. Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (2006)
Decidiu que a RFRA [Lei de Restauração da Liberdade Religiosa de 1993] protege o direito de uma pequena seita religiosa de importar e usar uma substância alucinógena em seus rituais religiosos. ■

Reproduzido com a permissão do Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública, www.pewforum.org. Direitos autorais 2007 Centro de Pesquisa Pew.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Proteção à Liberdade Religiosa Internacional: Consenso Global

John V. Hanford, III



Pablo Martinez Monsivais/© AP Images

John V. Hanford III, embaixador-geral de Liberdade Religiosa, ao divulgar a pesquisa anual sobre liberdade religiosa conduzida pelo Departamento de Estado dos EUA

A liberdade religiosa é considerada um direito humano inviolável pelas convenções internacionais, e os Estados Unidos se empenham para proteger esses direitos em todo o mundo.

John Hanford é embaixador-geral de Liberdade Religiosa Internacional do Departamento de Estado dos EUA.

Liberdade religiosa é um direito fundamental sacramentado na Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos e está profundamente enraizada em nossa história e em nosso caráter nacional. É importante observar, contudo, que a preocupação dos Estados Unidos com a liberdade religiosa não se limita ao nosso país. Conscientes de que o direito de crer, praticar e cultuar livremente é negado a muitos cidadãos pelos seus governantes em todo o mundo, os Estados Unidos têm o compromisso de promover e proteger a liberdade religiosa em âmbito mundial.

A liberdade religiosa há muito tempo é reconhecida como um direito humano inviolável segundo os tratados e as convenções internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Com base nesse consenso global, os Estados Unidos trabalham para incentivar todos os governos a cumprir essas obrigações internacionais comuns sem defender uma abordagem especificamente americana para o problema.

Em 1998, o Congresso dos EUA aprovou por unanimidade a Lei sobre Liberdade Religiosa Internacional. Essa lei reforçou o que historicamente tem sido uma prioridade da política externa americana e forneceu novas ferramentas para a defesa e a proteção de liberdade religiosa. Dessa forma, os Estados Unidos promovem a liberdade religiosa para todas as crenças,

incentivando o cumprimento das normas internacionais, condenando violações da liberdade religiosa e apoiando a liberdade religiosa como um direito fundamental para todas as pessoas.

A lei de 1998 criou a posição de embaixador-geral de Liberdade Religiosa Internacional, bem como o Escritório de Liberdade Religiosa Internacional no Departamento de Estado dos EUA. Juntos, monitoramos a perseguição e a discriminação religiosa no mundo todo e desenvolvemos políticas e programas para promover a liberdade religiosa. Realizamos isso trabalhando com as embaixadas dos EUA, autoridades estrangeiras e grupos religiosos e de direitos humanos para discutir ações tomadas por governos que impeçam os cidadãos de praticar suas crenças livremente.

Uma ferramenta importante é o *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional* requisitado pelo Congresso. Esse documento resume a situação da liberdade religiosa em mais de 195 países a cada ano e contém mais de 800 páginas. O relatório de 2008 será publicado em setembro. Os relatórios deste ano e do ano passado podem ser encontrados em *http://www.state.gov/g/drl/irf/*, bem como em muitos sites de embaixadas dos EUA, onde está traduzido no idioma local.

O escritório também presta muita atenção ao tratamento dado a grupos religiosos minoritários. Incentivamos os países a cessar a discriminação contra comunidades de fé minoritárias e a dar permissão para que se registrem e operem livremente em países como Rússia, Turcomenistão, Egito, Indonésia e Paquistão. No Iraque, o escritório tem defendido maior inclusão das minorias religiosas no processo político e temos conclamado os governos da Ásia, da Europa e de outros lugares a respeitar as liberdades religiosas de suas populações muçulmanas minoritárias.

Durante a publicação do *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional* de 2007, foi oportuno ocorrer a celebração simultânea de feriados religiosos de duas crenças diferentes nos Estados Unidos. Os muçulmanos que celebravam o Ramadã e os judeus que celebravam o Rosh Hashaná lembraram aos americanos nossa prezada tradição de realizar cultos livre e respeitosamente.

Como disse a secretária de Estado, Condoleezza Rice, naquela ocasião: "Por meio de nossas relações bilaterais, nosso trabalho em fóruns internacionais e nossas muitas constantes discussões sobre essa questão com pessoas em todo o mundo, os Estados Unidos continuarão a promover a liberdade religiosa, a nutrir a tolerância e a construir um mundo mais pacífico para pessoas de todas as crenças." ■

Equilíbrio entre Trabalho e Religião

Christopher Connell

Mark Lennihan/© AP Images

Taxista muçulmano do Paquistão reza durante seu turno na cidade de Nova York

A Lei dos Direitos Civis de 1964 é muito conhecida por proibir a segregação racial em escolas e lugares públicos nos Estados Unidos. Mas foi também uma lei histórica para proteger trabalhadores contra o preconceito, inclusive a discriminação contra indivíduos devido às suas crenças religiosas. Trabalhadores cuja fé se choca com políticas trabalhistas que violam os princípios de sua religião encontram proteção na lei.

Christopher Connell é um experiente jornalista de Washington que escreve extensamente sobre questões de políticas públicas.

No Aeroporto Internacional de St. Paul-Mineápolis, motoristas de táxi muçulmanos imigrantes da Somália arriscam seus empregos e a ira do público por se recusar a transportar viajantes que chegam das férias com bebidas alcoólicas das lojas *duty-free*.

Em um café Starbucks em Hillsboro, no Oregon, uma barista argumenta que foi demitida não devido a atrasos, mas por usar um colar da religião wicca.

Em Nova Jersey, a refinaria de petróleo ConocoPhilips foi levada à barra dos tribunais pela Comissão de Oportunidades Iguais de Trabalho (EEOC) por se negar a conciliar o horário de um encanador cristão para ele não perder a missa nas manhãs de domingo.

E em Phoenix, Arizona, após uma batalha judicial de seis anos, um júri federal condenou a locadora de carros Álamo a pagar indenização de US$ 250 mil por ter demitido uma representante de vendas muçulmana da Somália por usar véu durante o Ramadã.

Com a população dos EUA tornando-se cada vez mais diversificada, mais trabalhadores estão exigindo o direito de exercer sua liberdade de religião no trabalho. Por lei, eles têm o direito a ter seus horários adaptados na medida do possível. Às vezes, encontram resistência de colegas ou patrões. Porém, em um número cada vez maior de ações judiciais, os empregados têm o órgão responsável pelo cumprimento da lei, a EEOC, do seu lado.

E muitas empresas descobrem que é questão de bom senso comercial fazer essas adaptações.

Eric Risberg/© AP Images

Susan McDuffie, à esquerda, diretora da Comissão de Oportunidades Iguais de Trabalho do distrito de São Francisco, ouve os advogados do pessoal da EEOC discutir um processo em coletiva de imprensa. O volume de casos da comissão cresceu nos últimos anos, à medida que aumentou a diversidade religiosa nos locais de trabalho dos EUA

para usar em público, e outro com foto sem véu a que somente as guardas femininas tinham acesso.

Segundo Georgette F. Bennet, presidente e fundadora do Centro Tanenbaum para o Entendimento Inter-Religioso, "essas pessoas se tornam empregados muito fiéis nesse processo. Não são pessoas que vão embora logo, pois foram tratadas com respeito e ninguém fez com que se sentissem cidadãos de segunda classe".

O título VII da Lei dos Direitos Civis de 1964 proíbe discriminação trabalhista com base em raça, cor, religião, sexo ou origem nacional. Inicialmente a EEOC declarou que os empregadores deveriam acomodar as práticas religiosas dos empregados a menos que isso causasse "graves inconvenientes para a condução dos negócios". Em 1972, o Congresso procurou reforçar a lei exigindo adaptações razoáveis que não impusessem "grandes dificuldades". Mas a Suprema Corte dos EUA afrouxou as proteções em 1977 quando determinou no caso *Linhas Aéreas Trans World versus Hardison* que qualquer coisa além de um custo mínimo para o empregador era uma grande dificuldade. Grupos religiosos, inclusive os adventistas do sétimo dia e os judeus ortodoxos — ambos estritos guardadores do sábado —, fizeram pressão durante anos para reforçar a lei, mas sem sucesso.

Ainda assim, um número cada vez maior de executivos de empresas e gerentes de recursos humanos (RH) está adotando o princípio de que os trabalhadores americanos têm o direito de viver segundo sua fé no local de trabalho, assim como fora dele. Essa é uma questão crucial no setor de RH, de acordo com Eric Peterson, gerente de Diversidade e Iniciativas de Inclusão da Sociedade para a Administração de Recursos Humanos.

"As pessoas não estão necessariamente buscando a liberdade de fazer proselitismo ou a liberdade de converter" colegas, disse Peterson, ex-gerente de Aprendizagem da Diversidade da empresa de consultoria Booz Allen Hamilton Inc. "Elas querem somente viver e trabalhar segundo os princípios de sua crença religiosa." Isso pode ser um desafio, em especial para não-cristãos, cuja religião "exige que se vistam, se apresentem, se comportem de certas formas que não são necessariamente incentivadas pelo local de trabalho", afirmou. Quase sempre, "a resolução desse problema não envolve muito

Uma lei com base na igualdade e no respeito

Luke Visconti, sócio e co-fundador da revista *DiversityInc*, acredita que as adaptações religiosas "são apenas um modo de tratar seres humanos com respeito e igualdade para ter um ambiente de trabalho produtivo e harmonioso. Não se faz isso por ser politicamente correto; e sim para aumentar a produtividade e a margem de lucro".

Um benefício adicional para muitas empresas americanas importantes é estarem, ao mesmo tempo, aprendendo "a lidar com clientes que são também muçulmanos ou judeus ou cristãos ou de qualquer outra religião que estão adaptando" na força de trabalho, disse Visconti.

Empresas como a Texas Instruments Inc. criaram "salas de tranqüilidade" nas fábricas para os trabalhadores rezarem, e algumas criaram locais para lavar os pés onde os empregados muçulmanos podem realizar as abluções exigidas por sua crença antes de rezar. A Ford Motor Co. e outras incentivaram — ou em alguns casos, toleraram — a criação de grupos de afinidade de empregados com determinada orientação religiosa, cujos membros se reúnem para preces ou conversas.

Quando a IBM reforçou a segurança após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, uma muçulmana recém-contratada teve medo de perder o emprego porque se recusava a tirar uma foto sem o véu para um crachá de identificação. Mas a gigante dos serviços de informática conciliou a situação emitindo dois crachás de identificação, um mostrando somente os olhos,

dinheiro. É apenas uma questão de abrir a mente e dizer: 'Ok, de que outra forma poderíamos resolver isso sem ser seguindo o padrão cristão geralmente aceito de agir?'"

A lei contra a discriminação religiosa no local de trabalho aplica-se a todas as empresas americanas com 15 ou mais empregados. Em julho de 2008, a EEOC divulgou um novo manual de conformidade de 94 páginas com dezenas de exemplos específicos em que os empregadores devem conciliar as necessidades e crenças religiosas dos trabalhadores.

"É uma área que todos têm medo de tocar porque as pessoas se sentem desconfortáveis com o assunto da religião. Tradicionalmente, gostamos de pensar na religião como algo que se deixa do lado de fora do escritório, mas na verdade isso não pode e não é feito", declarou Bennet.

Casos desafiadores de discriminação

Desde o início da década de 1990, quando a imigração causou o aumento da diversidade cultural e religiosa nos Estados Unidos, as queixas à EEOC sobre discriminação religiosa dobraram para 2.880 em 2007. Casos de discriminação por raça e gênero continuam a ser bem mais comuns (respondem por dois terços do volume de casos da EEOC), mas se mantiveram estáveis durante a década passada, enquanto queixas sobre preconceito religioso aumentaram de 2,1% para 3,5% do total de acusações. Após os atentados de 11 de setembro, a EEOC colocou ênfase especial na salvaguarda de muçulmanos, árabes, sul-asiáticos e siques contra reações adversas no local de trabalho.

No caso da locadora de carros Álamo, Bilan Nur, imigrante da Somália de 22 anos, foi demitida em dezembro de 2001 por se recusar a retirar o véu que usava durante o mês sagrado muçulmano, o Ramadã. A EEOC processou a Álamo em seu nome, e quase seis anos depois um júri concedeu US$ 37.640 à mulher de Phoenix como ressarcimento e compensação por danos e US$ 250 mil como danos punitivos. "O júri não acreditou em alguns dos depoimentos do pessoal da Álamo", sobre o motivo da demissão de Bilan Nur, declarou Sally Shanley, a advogada da EEOC que supervisionou o julgamento. A empresa Álamo pagou exatos US$ 250 mil para liquidar o caso. Seus atuais donos recusaram-se a fazer comentários.

O litígio sobre o encanador veterano Clarence Thomas, que foi obrigado a trabalhar nas manhãs de domingo na refinaria ConocoPhilips em Linden, Nova Jersey, ainda não foi a julgamento. Thomas contou que a princípio lhe disseram que poderia utilizar as férias para compensar essas horas de folga, mas em seguida essa adaptação também lhe foi negada. Bill Graham, porta-voz da empresa petrolífera em seus escritórios de Houston, disse: "Consideramos de fato a diversidade dos funcionários um bem inestimável, e a empresa proíbe discriminação ou assédio de qualquer espécie." Observou que trabalhadores sindicalizados como Thomas têm o direito de apresentar queixa aos responsáveis do local "e podem também chamar a linha direta da ConocoPhillips que trata de ética".

Robert Nickelsberg/Getty Images

Linda Sarsour, à esquerda, diretora do programa da Associação Árabe-Americana de Nova York, conversa com a colega Muna Irziqat. A organização de Linda defende 300 mil árabe-americanos que vivem na área da cidade de Nova York

Uma disputa entre os operadores do Aeroporto Internacional de St. Paul-Mineápolis — o 21o mais movimentado do mundo — e taxistas muçulmanos da Somália permanece sem solução. Entre 2002 e 2007, mais de 4.800 viajantes não foram atendidos por motoristas que viram bebida ou suspeitaram que os passageiros estivessem carregando bebida alcoólica em suas bagagens. A princípio, os taxistas que se recusaram a levar passageiros foram enviados para o fim da fila, mas desde maio de 2007 receberam suspensão de 30 dias da licença pela primeira infração e revogação de dois anos na segunda vez que se negaram a prestar o atendimento.

Motoristas de táxi muçulmanos trabalham em muitos outros aeroportos dos EUA, mas até agora esse problema

surgiu somente nas cidades gêmeas de St. Paul e Mineápolis. "Por que isso não aconteceu em outros aeroportos eu não sei", contou Patrick Hogan, diretor de Relações Públicas da Comissão de Aeroportos Metropolitanos. "Penso ser mais uma questão de como uma parte da comunidade aqui interpreta o Alcorão." A Sociedade Muçulmana Americana de Minnesota não retornou as ligações pedindo comentários.

O aumento do volume de casos da EEOC significa que o problema está piorando?

"É difícil responder", afirmou Dianna Johnston, assessora jurídica adjunta da EEOC. "Tem havido um crescimento significativo da diversidade religiosa em locais de trabalho dos EUA durante as últimas duas ou três décadas. Isso é parte da explicação. Além disso, as pessoas estão mais abertas sobre sua religião no local de trabalho e na sociedade em geral. Isso pode dar margem a alguns mal-entendidos."

A lei não protege somente as grandes religiões do mundo. Segundo Dianna Johnston da EEOC, "abrange qualquer crença moral ou ética sincera sobre o certo ou o errado". Também protege aqueles que não têm crença religiosa.

Os trabalhadores invocam o título VII da Lei dos Direitos Civis em inúmeras disputas sobre seus horários ou sobre o direito de usar um quipá ou um *kufi*, gorro usado para rezar. Em Detroit, por exemplo, a EEOC está processando a HCR Manor Care, uma grande cadeia de casas de repouso, por demitir uma enfermeira que usava um *kirpan* sob as roupas. O *kirpan*, uma faca de 7,5 cm, embainhada, com lâmina cega, é um dos símbolos sagrados da religião sique.

Muitas religiões incentivam os adeptos a fazer proselitismo, e alguns grupos dizem que o título VII dá a seus seguidores o direito de falar sobre religião perto do bebedouro do escritório e de perguntar sobre as crenças dos colegas. Mas devem parar se um colega pedir, de acordo com Jeanne Goldberg, assessor jurídica sênior da EEOC. "O empregador tem duas obrigações: conciliar a expressão religiosa até o limite do possível (...) e não permitir o assédio religioso aos empregados."

É uma questão de equilíbrio, tanto para empregadores quanto para os tribunais.

No caso *Peterson versus Hewlett-Packard Co.*, o Tribunal de Recursos da Nona Circunscrição em 2004 sustentou a demissão de Richard Peterson, que fez objeções aos cartazes pró-diversidade que a HP colocou em seus escritórios de Boise, Idaho. Peterson, cristão devoto, começou a exibir em sua baia de trabalho versículos da Bíblia condenando o homossexualismo; ele reconheceu que suas mensagens eram ofensivas. O tribunal de recursos determinou que a HP tinha o "direito de promover a diversidade e incentivar a tolerância e a boa vontade entre seus empregados".

Mas, no mesmo ano, um juiz federal em Denver concedeu US$ 146 mil a um ex-funcionário da AT&T Broadband demitido por se recusar a assinar a política de diversidade da empresa que reconhecia a necessidade de "respeitar e valorizar as diferenças entre todos nós". Segundo o juiz, a empresa deveria ter encontrado um modo de entrar em acordo com Albert A. Buonanno, que havia declarado que como cristão amava todas as pessoas mas não "valorizava" o homossexualismo.

Para Eric Peterson, gerente de Diversidade da Sociedade para a Administração de Recursos Humanos, o desafio para os gerentes de RH é descobrir como manter a reciprocidade nos locais de trabalho em que os funcionários tenham visões diametralmente opostas sobre religião e estilo de vida.

"O que as organizações precisam ouvir é que se pode respeitar as pessoas não importando sua religião ou orientação sexual e deixar os dois grupos coexistirem", afirmou ele. "Eles não precisam ser amigos próximos. Você não precisa convidar seus colegas de trabalho para o churrasco do domingo à tarde depois de deixar a igreja. Mas você deve ser capaz de trabalhar com eles de forma respeitosa e inclusiva — o mesmo se aplicando a eles em relação a você." ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Movimento Inter-Religioso

Gustav Niebuhr

Nick Ut/© AP Images

Em Los Angeles, moradores locais, à direita, inclinam-se em cumprimento após terem oferecido comida a monges budistas tailandeses. Os monges do Wat Thai Los Angeles, o maior templo budista tailandês dos Estados Unidos, caminham pela vizinhança toda semana para recolher doações

Há mais de um século, alguns grupos de americanos vêm tentando oferecer ajuda a outros grupos religiosos, na esperança de ampliar o entendimento e a cooperação entre suas comunidades.

Gustav Niebuhr é autor de Beyond Tolerance: Searching for Interfaith Understanding in America [Além da Tolerância: Em Busca do Entendimento Inter-Religioso nos Estados Unidos]. *Ele é também professor associado de Religião da Universidade de Siracusa, em Nova York.*

Nos idos de 1991, o rabino de uma sinagoga suburbana nova-iorquina localizada em Long Island colocou a um de seus líderes leigos uma questão que desencadeou uma busca. Haveria algum grupo de muçulmanos nas proximidades que pudesse estar interessado em conhecer os membros da sinagoga para trocarem conhecimentos acerca de suas denominações? Para o rabino Jerome Davidson, líder espiritual do Templo Beth-El no Condado de Nassau, Nova York, a idéia não era completamente incomum. Ele havia sido responsável, durante anos, por convidar não-judeus conhecidos — protestantes, católicos romanos e ocasionalmente muçulmanos americanos — para conferências em sua organização rabínica nacional. Mas nada do tipo havia sido tentado em nível local, afirmou. "Achei importante tentar".

Levou tempo, mas em um ano alguns membros da liderança do Beth-El concordaram em dar início às conversas com seus pares da Sociedade Islâmica de Long Island, uma mesquita a vários quilômetros de distância. Começaram modestamente, trocando informações a respeito de como suas religiões marcavam os grandes momentos da vida (O que vocês fazem quando nasce um bebê? Como celebram um casamento?), e então prosseguiram

Foto: cortesia de Aaron Lichtov / Amos e Celia Heilicher Minneapolis Jewish Day School

Estudantes judeus e muçulmanos de escolas das cidades gêmeas de Mineápolis e St. Paul, Minnesota, participam de intercâmbio, como parte de um esforço inter-religioso patrocinado pelo Conselho de Igrejas da Área de St. Paul

discutindo princípios teológicos de seus textos sagrados. Depois de terem realmente conhecido uns aos outros, judeus e muçulmanos compararam suas diferenças sobre o Oriente Médio — "a coisa sofisticada", como Davidson descreveu essas discussões. Quando eu o entrevistei a respeito de uma pesquisa para um livro sobre relações inter-religiosas, o diálogo já existia há 15 anos. "Faz diferença?", perguntou Faroque Khan, médico que foi presidente da mesquita. Globalmente não, afirmou, mas acrescentou: "Se eu puder ajudar duas comunidades a se entenderem melhor, para mim isso é uma realização."

Se essa história parece incomum, é porque esses encontros raras vezes aparecem nas manchetes, geralmente reservadas para histórias de conflito, não de cooperação, entre grupos religiosos. Mas os encontros de Long Island enquadram-se em um padrão em emergência nos Estados Unidos. Ainda que as diferenças religiosas sejam freqüentemente associadas a tensão e violência nas notícias, a cooperação entre americanos de diferentes tradições vem aumentando. A tendência geralmente assume a forma de encontros regulares entre membros de diferentes congregações, para conversas formais ou trabalho conjunto em projetos sociais, como uma cozinha comunitária ou um programa de alfabetização para crianças. Estudo realizado entre 2000 e 2005 pelo Instituto Hartford de Pesquisa Religiosa em Connecticut informou que entre as congregações pesquisadas — cristãs, judaicas, muçulmanas e outras — os esforços sociais de cooperação haviam aumentado mais de quatro vezes, atingindo 38% de todas as congregações.

Uma nação de fé

Dois fatos ajudam a explicar essa tendência. Em primeiro lugar, os Estados Unidos são uma nação religiosa, conforme auferido por pesquisas de opinião nacionais. Os americanos valorizam as crenças e práticas religiosas básicas, característica da vida passada e presente da nação. Em junho de 2008, o Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública, organização sem fins lucrativos, divulgou uma pesquisa em grande escala com mais de 35 mil pessoas, informando que 92% dos americanos disseram acreditar em Deus e 75% afirmaram rezar ao menos uma vez por semana, mas muitos deles diariamente. O resultado foi compatível com as pesquisas anteriores, que mostraram que mais de 7 em cada 10 americanos consideravam a religião "importante" ou "muito importante" em suas vidas. A crença difundida de que a fé tem valor em si remonta ao passado americano. O presidente George Washington declarou em seu Discurso de Despedida, em 1796, que os cidadãos de uma república não poderiam governar-se e exercer a liberdade plena a menos que fossem dotados de virtude. E a virtude cívica, afirmou Washington, fundamentava-se na religião e na moral. (É digno de nota que ele não tenha especificado qual religião.)

Em segundo lugar, a tendência para a cooperação inter-religiosa relaciona-se à mudança demográfica que vem ocorrendo nos Estados Unidos desde as últimas décadas do século 20. Em outubro de 1965, após semanas de debate no Congresso, o presidente Lyndon B. Johnson assinou legislação sancionando uma abrangente reforma das leis de imigração. A nova lei abriu as portas para novos imigrantes da Ásia, da África e da América Latina — influxo que diversificou o cenário religioso da nação. Os novos americanos incluíam não só cristãos e judeus, ambos presentes no continente desde pelo menos o século 17, mas também comunidades de budistas, hindus, jainistas, muçulmanos, siques, zoroastristas e outros.

Na prática, essa imigração significou que cristãos, judeus, muçulmanos, hindus e budistas viram-se lado a lado no mesmo local de trabalho, nos *campi* das universidades e nos bairros das grandes cidades. Há um número crescente de indivíduos que desejam aproximar ainda mais esses grupos diversos. Ebbo Patel, muçulmano nascido na Índia cuja família imigrou para o Meio Oeste na década de 1970, deseja ajudar a desconstruir estereótipos por meio de conversas e atividades nas quais esses grupos possam misturar-se. Após concluir a faculdade em Illinois e fazer pós-graduação em Oxford, Patel fundou o Núcleo Jovem Inter-Religioso, com sede em Chicago. A organização trabalha principalmente em *campi* de faculdades, angariando

alunos para participar de encontros inter-religiosos, discutir a respeito de crenças importantes e voluntariar-se conjuntamente para projetos, tais como o reparo de moradias para os pobres e a limpeza dos parques da cidade. Patel, hoje diretor executivo, afirma que a idéia não é converter ninguém a uma outra religião, mas reforçar a identidade religiosa dos estudantes ao mesmo tempo que se lhes permite descobrir tradições éticas compartilhadas por suas respectivas religiões.

A HISTÓRIA DO MOVIMENTO INTER-RELIGIOSO

A idéia essencial de estabelecer um diálogo mediador entre as minorias religiosas de Chicago remete a um evento histórico singular ocorrido em 11 de setembro de 1893. Realizou-se uma conferência especial nessa data, quando Chicago sediou a Exposição Mundial. Denominada Parlamento Mundial das Religiões, os protestantes locais aproveitaram o evento para convidar representantes de dez grupos de religiões distintas em todo o mundo para ir a Chicago falar a respeito de suas crenças e práticas religiosas específicas. O evento, que durou cerca de duas semanas, tornou-se sensação nacional como um curso público de religião comparada. Milhares de pessoas compareceram, inclusive repórteres de jornais que transmitiram as sessões para todo o território nacional. O mais importante foi a atenção dada aos palestrantes não-cristãos, dois em especial, um professor hindu chamado Swami Vivekananda e um monge budista, Anagarika Dharmapala. Cada um representava uma religião que os americanos pouco conheciam ou compreendiam. Ambos impressionaram as multidões que os ouviram e os leitores atentos às reportagens dos jornais. Essas duas figuras religiosas do Sul da Ásia exortaram as pessoas ao diálogo e ao respeito entre as religiões do mundo. Vivekananda, que falou no primeiro dia do parlamento, declarou que o sino que tocou na sessão de abertura havia soado "a badalada de morte de todo fanatismo". É claro que sabemos que a esperança que ele exprimiu permaneceu irrealizada mais de um século depois, mas para alguns suas palavras retêm a capacidade de inspiração.

O parlamento foi encerrado sem que houvesse um sucessor para dar continuidade a suas idéias. Um interesse generalizado no diálogo não começou realmente a se desenvolver nem nos Estados Unidos, nem na Grã-Bretanha até meados da década de 1990. Uma celebração do centenário do próprio parlamento atraiu milhares de pessoas para Chicago em 1993, multidão suficiente para incentivar a criação de uma organização permanente para dar continuidade a esses encontros internacionais. O Conselho para um Parlamento das Religiões Mundiais (CPWR) organizou encontros em 1999 na Cidade do Cabo, África do Sul; em 2004, em Barcelona, Espanha; o próximo está agendado para 2009, na Austrália.

Para muitos americanos, o trabalho importante no que concerne às relações inter-religiosas ocorre em nível local, como no exemplo de Long Island. Muitas coisas ocorreram na esteira dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 na cidade de Nova York e em Washington, D.C. Embora a destruição causada naquele dia tenha aumentado as tensões entre não-muçulmanos e muçulmanos em alguns lugares, essa resposta esteve longe de ser universal. Imediatamente após os ataques, cristãos e judeus correram para proteger as mesquitas do vandalismo e restabelecer a confiança de seus vizinhos e colegas de trabalho muçulmanos em várias cidades — Seattle, Denver e Washington, D.C., por exemplo. A mais longo prazo, os ataques incitaram as congregações a comprometer-se com o diálogo umas com as outras. Agindo por sua própria conta, vários muçulmanos americanos deram início à visitação aos templos — "dias de visitação às mesquitas" – para ensinar os rudimentos do Islã aos vizinhos curiosos.

A tendência descrita aqui certamente não é universal. Muitos americanos religiosos, de todas as crenças, não participam de eventos desse tipo. Alguns são profundamente céticos, até mesmo hostis, no que se refere a esse diálogo, e acreditam que apenas sua própria fé conduz à verdade absoluta. Desse ponto de vista, iniciar um diálogo religioso com outras pessoas seria uma perda de tempo, ou pior. Na Primeira Emenda da Constituição americana, que garante liberdade religiosa a todos os seus cidadãos, essas pessoas têm direito à proteção completa a suas crenças e atitudes.

Mas como foi descoberto pelo relatório Pew citado acima, a maioria dos americanos não é tão dogmática no que diz respeito a sua fé. E, como descobri em minha pesquisa, muitos deles realmente querem saber mais sobre as crenças e práticas de seus vizinhos e estão dispostos a investir tempo para descobri-las. Muitos encontram inspiração em sua própria curiosidade. Mas os melhores motivos talvez estejam expressos numa declaração escrita há 41 anos pelo reverendo Martin Luther King Jr. Ministro batista afro-americano, ele costuma ser lembrado por ter liderado o movimento americano pelos direitos civis. Mas perto do fim de sua vida, tornou-se amigo de um monge budista vietnamita exilado, Thich Nhat Hanh, que então viajava pelos Estados Unidos em missão de paz. O apelo de Nhat Hanh pela paz e pela conciliação no Vietnã inspirou King, que posteriormente o indicou para o Prêmio Nobel da Paz. Por volta daquela época, King escreveu um ensaio no qual pedia aos leitores que imaginassem a humanidade como herdeira de "uma grande 'casa mundial', na qual todos nós tenhamos de viver juntos". King listou seus habitantes como judeus e gentios, católicos romanos e protestantes, muçulmanos e hindus, descrevendo-os como uma família diversa nas idéias e na cultura, mas que, "como nunca mais poderemos viver separados, temos de aprender de alguma forma como conviver em paz". ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Recursos Adicionais

Livros, artigos, sites e filmes sobre as minorias religiosas nos Estados Unidos

LIVROS

Ahdar, Rex J. e Ian Leigh. *Religious Freedom in the Liberal State [Liberdade Religiosa no Estado Liberal]. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2005.*

Albanese, Catherine L. *America: Religions and Religion [Estados Unidos: Religiões e Religião]*. 4ª ed. Austrália; Belmont, Califórnia: Thomson/Wadsworth, 2007.

Albanese, Catherine L. *A Republic of Mind and Spirit: A Cultural History of American Metaphysical Religion [República da Mente e do Espírito: História Cultural da Religião Metafísica Americana].* New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2007.

Esposito, John L., Darrell J. Fasching e Todd Lewis. *Religion and Globalization: World Religions in Historical Perspective [República da Mente e do Espírito: História Cultural da Religião Metafísica Americana]*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2008.

Joshi, Khyati Y. *New Roots in America's Sacred Ground: Religion, Race, and Ethnicity in Indian America [Novas Raízes no Solo Sagrado Americano: Religião, Raça e Etnia nos Estados Unidos Indígenas]*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 2006.

Kokot, Waltraud, Khachig Tololyan e Carolin Alfonso, orgs. *Diaspora, Identity, and Religion: New Directions in Theory and Research [Diáspora, Identidade e Religião: Novas Direções em Teoria e Pesquisa]*. Londres; Nova York: Routledge, 2004.

Niebuhr, Gustav. *Beyond Tolerance: Searching for Interfaith Understanding in America [Além da Tolerância: Em Busca do Entendimento Inter-Religioso nos Estados Unidos]*. Nova York: Viking, 2008.

Departamento de Estado dos EUA. *Relatório sobre Liberdade Religiosa Internacional.* Washington, DC: Escritório de Imprensa do Governo dos EUA, 2007.
http://www.state.gov/g/drl/rls/irfl2007/

Van der Vyver, J. D. *Leuven Lectures on Religious Institutions, Religious Communities, and Rights. [Palestras na Lovaina sobre Instituições Religiosas, Comunidades Religiosas e Direitos]*. Lovaina; Dudley, Massachusetts: Peeters, 2004.

ARTIGOS

Dougherty, Kevin D. e Kimberly R. Huyser. "Racially Diverse Congregations: Organizational Identity and the Accommodation of Differences" *["Congregações de Diversidade Racial: Identidade Organizacional e a Acomodação das Diferenças"]*, *Journal for the Scientific Study,* vol. 47, nº 1 (2008): pp. 23-44.

Kilman, Carrie. "One Nation, Many Gods" ["Uma Nação, Muitos Deuses"], *Teaching Tolerance,* nº 32 (quarto trimestre de 2007)
http://www.tolerance.org/teach/magazine/features.jsp?p=0&is=41&ar=851

Smith, Tom W. "Religious Diversity in America: The Emergence of Muslims, Buddhists, Hindus and Others" ["Diversidade Religiosa nos Estados Unidos: O Surgimento de Muçulmanos, Budistas, Hindus e Outros"], *Journal for the Scientific Study of Religion,* vol. 41, nº 3 (setembro de 2002): pp. 577-585.

Wexler, Jay D. "Preparing for the Clothed Public Square: Teaching About Religion, Civic Education, and the Constitution" ["Preparação para a Praça Pública Vestida: Ensino sobre Religião, Educação Cívica e a Constituição"], *William and Mary Quarterly,* vol. 43, no3 (fevereiro de 2002): pp. 1159-1263.

SITES

Informações Acadêmicas: Religião nos Estados Unidos
Sites de livros, artigos, banco de dados e outros recursos.
www.academicinfo.net/amrelig.html

Associação de Arquivos de Dados Religiosos (Arda)
Universidade do Estado da Pensilvânia
A Arda fornece dados sobre religião, congregações de serviço, pesquisadores, educadores e a mídia nos EUA e no mundo.
http://www.thearda.com

Centro Boisi de Religião e Vida Pública Americana
Faculdade de Boston
Comunidade de acadêmicos, formuladores de política, mídia e líderes religiosos engajados em discussões e reflexões sobre religião e vida pública americana.
http://www.bc.edu/research/boisi

Centro Boniuk para o Estudo e o Avanço da Tolerância Religiosa
Universidade Rice
O Centro Boniuk promove condições propícias à paz sustentável entre pessoas de religiões diferentes.
http://boniuk.rice.edu

Centro para a Liberdade Religiosa
Instituto Hudson
Promove a liberdade religiosa como um componente da política externa dos EUA.
http://crf.hudson.org/

Educação como Projeto de Transformação
Organização internacional que explora o impacto da diversidade religiosa na educação.
www.wellesley.edu/RelLife/transformation

Fórum 18
O Fórum 18 é um instrumento de promoção da implementação do Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O site se concentra na divulgação de ações contra a liberdade religiosa.
http://www.forum18.org/

Instituto Harford para Pesquisa Religiosa
Seminário Hartford
Este instituto apresenta pesquisa atual sobre questões religiosas para construção de maior entendimento e de uma sociedade mais informada.
http://hirr.hartsem.edu/about/who_we_are.html

Fórum Pew sobre Religião e Vida Pública
Organização não partidária que busca estimular um entendimento mais profundo das questões na interseção da religião e dos assuntos públicos.
http://pewforum.org

> **Levantamento do Panorama Religioso dos EUA**
> Com base em entrevistas com mais de 35 mil americanos de 18 anos ou mais, esse levantamento do Fórum Pew detalha a afiliação religiosa do público americano.
> *http://pewforum.org/docs/?DocID=279*

Projeto Pluralismo
Universidade de Harvard
O projeto tenta ajudar os americanos a se engajar com as realidades da diversidade religiosa por meio de pesquisa, conscientização e disseminação de recursos.
http://www.pluralism.org

Religião e Cultura: Enfrentando o Desafio do Pluralismo
Iniciativa da Fundação Ford, explora o papel das tradições religiosas na formação dos valores e das instituições sociais.
http://religionandpluralism.org/

Centro Tanenbaum para o Entendimento Inter-Religioso
Organização secular, não sectária, que trabalha para reduzir e evitar a violência perpetrada em nome da religião.
http://www.tanenbaum.org

Ensinando a Tolerância
Criado em 1991 pelo Centro de Leis contra a Pobreza do Sul, o projeto Ensinando a Tolerância tenta reduzir o preconceito, melhorar as relações intergrupos e apoiar experiências escolares igualitárias para as crianças.
http://www.tolerance.org/teach/magazine/features.jsp?p=0&is=41&ar=850

FILMOGRAFIA

America's New Religious Landscape [O Novo Panorama Religioso dos Estados Unidos] (2002)
Produtor: Religion and Ethics NewsWeekly
Sinopse: O documentário retrata a diversidade religiosa nos Estados Unidos.
Tempo de duração: 60 minutos

A Son's Sacrifice [Sacrifício de um Filho] (2006)
Produtores: Yoni Brook, Musa Syeed
Sinopse: O documentário retrata as dificuldades de um jovem americano muçulmano que herda o abatedouro halal de seu pai em Nova York.
Tempo de duração: 30 minutos

Exploring Religious America [Explorando a América Religiosa] (2002)
Produtor: Religion and Ethics NewsWeekly
Sinopse: Baseado em uma pesquisa sobre tolerância, crenças e práticas religiosas nos Estados Unidos, esse filme apresenta dados e histórias em vídeo de quatro áreas: diversidade religiosa, protestantes, católicos e espiritualidade nos Estados Unidos.
Tempo de duração: 90 minutos

Three Faiths, One God: Judaism, Christianity, Islam [Três Crenças, Um Só Deus: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo] (2006)
Produtor: Auteur Productions
Sinopse: O documentário compara as semelhanças e as diferenças das crenças religiosas entre o islamismo o cristianismo e o judaísmo.
Tempo de duração: 120 minutos

Home page de eJournal USA

http://www.america.gov

REVISTA MENSAL OFERECIDA EM DIVERSOS IDIOMAS